

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DE LETRAS PORTUGUÊS

SILVANA ALVES OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO SILVA

A CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DO DISCURSO POLÍTICO:
O debate presidencial de 2022 na perspectiva da Sociolinguística Interacional

TERESINA/PI
2025

SILVANA ALVES OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO SILVA

A CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DO DISCURSO POLÍTICO:

O debate presidencial de 2022 na perspectiva da Sociolinguística Interacional

Monografia apresentada ao curso de Letras Português da Universidade Estadual do Piauí – Campus Poeta Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras Português.

Professor(a) Orientador(a):

Profa. Dra. Ailma do Nascimento Silva.

**TERESINA/PI
2025**

S586c Silva, Silvana Alves Oliveira da Conceicao.

A construção interacional do discurso político: o debate
presidencial de 2022 na perspectiva da sociolinguística
interacional / Silvana Alves Oliveira da Conceicao Silva. - 2025.
91f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em Letras
Português, Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof^a. Dra. Ailma do Nascimento Silva.".

1. Sociolinguística Interacional. 2. Pistas de
Contextualização. 3. Ethos Político. I. Silva, Ailma do Nascimento
. II. Título.

CDD 469

SILVANA ALVES OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO SILVA

A CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DO DISCURSO POLÍTICO:

O debate presidencial de 2022 na perspectiva da Sociolinguística Interacional

Monografia apresentada ao curso de Letras Português da Universidade Estadual do Piauí – Campus Poeta Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras Português.

Orientadora: Profa. Dra. Ailma do Nascimento Silva

Aprovado em: ____/____/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ailma do Nascimento Silva (UESPI)
Doutora em Linguística e Letras pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
(Orientadora)

Profa. Dra. Lucirene da Silva Carvalho (UESPI)
Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
(Membro 1)

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Ferreira (UESPI)
Doutora em Linguística geral e Semiótica pela Universidade de São Paulo (USP)
(Membro 2)

**TERESINA-PI
2025**

“E, como nos alertava Erving Goffman com certa malícia, uma vez cruzada a ponte entre os estudos da fala e os da conduta social, nos tornaremos todos por demais ocupados para voltar atrás.”

(Ribeiro, 2006)

AGRADECIMENTOS

À Deus, origem e sustento de todos os meus passos.

À minha mãe, presença firme e amor incondicional em cada escolha que fiz, que me ensinou a escrever antes mesmo de eu entender o poder das palavras.

Cada página deste trabalho é também uma homenagem à sua fé, ao seu esforço e ao seu amor.

À minha irmã Silmara, meu porto seguro nos dias de desespero, e à minha irmã Suzane, razão silenciosa que me impulsiona a continuar.

À minha parceira de curso, Ana Luzia, cúmplice de tantas noites de estudo, de lágrimas e risos. Só nós sabemos o peso e a beleza de cada etapa. *“É preciso talento.”*

Ao David, pelo apoio incondicional e pela ternura cotidiana, que me lembrou que o amor também é força.

Aos meus pets, que foram consolo e companhia em meio ao cansaço, guardiões silenciosos dos meus dias e testemunhas dos meus sonhos.

À Universidade Estadual do Piauí (UESPI), espaço de formação, resistência e construção de saberes, que me acolheu e possibilitou encontros, aprendizagens e transformações que ultrapassam estas páginas.

À professora Algemira, por abrir as portas do mundo da pesquisa e acreditar no meu olhar, mesmo quando eu ainda não sabia o rumo que ele tomaria.

À professora Assunção, ao professor Renato e a Professora Teresinha, por enxergarem em mim mais do que eu mesma via, e ao professor Franklin, pelas orientações lúcidas e generosas que moldaram esta trajetória.

Aos amigos Carlos, Daise, Adane e Victor, pelo companheirismo, pelas conversas e pelas pequenas grandes motivações que me mantiveram de pé.

E, por fim, mas nunca por último, à professora Ailma, por aceitar caminhar comigo nesta etapa decisiva, com paciência, rigor e afeto.

A todos e todas que, de algum modo, tocaram este percurso, este trabalho é também de vocês.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o funcionamento discursivo do gênero debate político televisivo, sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional. O estudo tem como objetivo compreender como as pistas de contextualização orientam a construção de sentidos, a negociação de face e a projeção de identidades políticas no discurso dos participantes. Para tanto, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, fundamentada na análise microinteracional de episódios selecionados e em transcrições ampliadas, conforme os pressupostos de Gumperz (1982), Goffman (1974), Hymes (1974), Erickson (1992) e Silverstein (2003). Os resultados demonstram que as pistas prosódicas e lexicais são predominantes na regulação dos turnos e na marcação do ethos político, enquanto as pistas gestuais e discursivas reforçam a dimensão multimodal da interação. As análises evidenciam a presença de três regimes de indexicalidade, autoridade, indignação moral e institucionalidade que se articulam na construção de enquadres e footings distintos. Conclui-se que o debate político televisivo é um evento comunicativo institucionalizado e performativo, no qual a linguagem opera como prática social e instrumento de poder simbólico, revelando que a política se realiza por meio da interação, e a interação, pela política.

Palavras-chave: Sociolinguística Interacional; Pistas de Contextualização; Debate Presidencial; Enquadre; Indexicalidade; Ethos Político.

ABSTRACT

This research analyzes the discursive functioning of the televised political debate genre from the perspective of Interactional Sociolinguistics. The study aims to understand how contextualization cues guide meaning construction, face negotiation, and the projection of political identities in participants' discourse. A qualitative-quantitative approach was adopted, based on microinteractional analysis of selected episodes and expanded transcriptions, following the theoretical frameworks of Gumperz (1982), Goffman (1974), Hymes (1974), Erickson (1992), and Silverstein (2003). The results show that prosodic and lexical cues predominate in the regulation of turns and in the marking of political ethos, while gestural and discursive cues reinforce the multimodal dimension of interaction. The analyses reveal the presence of three regimes of indexicality, authority, moral indignation, and institutionality which interact in the construction of distinct frames and footings. It is concluded that the televised political debate is an institutionalized and performative communicative event, in which language operates as a social practice and an instrument of symbolic power, revealing that politics takes place through interaction, and interaction, through politics.

Keywords: Interactional Sociolinguistics; Contextualization Cues; Political Debate; Frame; Indexicality; Political Ethos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise da Conversação

C1 -Candidato 1

C2 -Candidato 2

C3 -Candidato 3

CE - Candidato Extra

CP - Corpus da Pesquisa

EC - Etnografia da Comunicação

SI - Sociolinguística Interacional

MJT - Modelo Jefferson de Transcrição

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2	FUNDAMENTOS DA SOCIOLINGÜÍSTICA PILARES DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A LINGUAGEM	14
2.1	Linguagem como prática social e locus de construção de sentidos	14
2.2	A emergência da Sociolinguística	17
2.3	Outras vertentes sociolinguísticas	20
3	A SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL: PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS	24
3.1	Emergência da Sociolinguística Interacional	24
3.2	Fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Interacional	27
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4.1	Natureza da pesquisa	36
4.2	Corpus e contexto de análise	37
4.3	Etapas da pesquisa	39
4.4	Categorias analíticas observadas	41
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
5.1	O debate presidencial como evento comunicativo institucionalizado	43
5.2	Análise microinteracional — Episódio 1	45
5.3	Análise microinteracional — Episódio 2	52
5.4	Análise microinteracional — Episódio 3	56
5.5	Análise integrativa	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE A	74
	APÊNDICE B	91

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A linguagem é um dos principais instrumentos de interação social e de produção de sentidos entre os sujeitos. É por meio dela que se constroem significados, se negociam identidades e se legitimam posições no espaço público. Na esfera política, o discurso assume um papel ainda mais central, pois nele se projetam valores, crenças e relações de poder. A política, enquanto prática discursiva, revela-se como um campo em que o uso da linguagem não é neutro, uma vez que toda escolha lexical, gesto ou entoação implica um posicionamento social e identitário.

Nesse sentido, compreender o funcionamento do discurso político requer ultrapassar uma visão centrada exclusivamente em argumentos ou estratégias retóricas. As dinâmicas comunicativas que atravessam esse tipo de discurso não podem ser analisadas apenas pela via argumentativa, porque a política contemporânea opera também por meio de performances. Cada candidato ou candidata, ao tomar a palavra diante de milhões de espectadores, engaja-se em uma disputa por interpretações, tentando controlar como será lido, antecipar reações, gerir a própria face e desestabilizar a face do adversário. Desse modo, o debate político se mostra como um evento comunicativo situado, em que sentidos emergem da interação em tempo real.

Partindo dessa compreensão, esta pesquisa insere-se no campo da Sociolinguística Interacional, área que busca compreender a linguagem em uso, observando os modos como os falantes produzem e interpretam sentidos em situações reais de comunicação. O interesse por esta pesquisa surgiu também da inquietação diante de um discurso recorrente no cenário político e midiático brasileiro, a ideia de que *“o povo não sabe votar”*. Tal afirmação, embora frequente, ignora que compreender a política exige o domínio de códigos linguísticos e comunicativos que nem sempre estão disponíveis a todos. A forma como candidatos manejam turnos de fala, metáforas, interrupções, olhares para a câmera e escolhas prosódicas interfere diretamente na legibilidade de seus posicionamentos. Assim, torna-se pertinente questionar como os jogos linguísticos presentes em debates televisivos constroem a imagem dos candidatos e moldam a percepção pública sobre a política.

Diversas pesquisas já mostraram como o discurso político opera por movimentos estratégicos de aproximação e distanciamento, manejo de alinhamentos e jogos identitários que vão além da superfície lexical. Maldonado (2020), ao analisar trechos de discursos orais interativos produzidos durante a pandemia de COVID-19, mostra como metáforas que minimizam acontecimentos, deslocamentos de responsabilidade e formulações ambíguas criam zonas de confusão interpretativa e tensionam a relação entre discurso e política. Nas

palavras do autor: “a análise permite avaliar e interpretar os diferentes trechos orais interativos do discurso político, bem como discutir o vínculo confuso entre discurso, política e coronavírus” (Maldonado, 2020, p. 06).

Outras investigações, em contextos diversos, têm chamado atenção para a importância de elementos interacionais na performance política. Contudo, esses estudos se ancoram principalmente em quadros analíticos da Retórica, da Análise do Discurso ou da Pragmática Conversacional e não desenvolvem de modo sistemático o instrumental próprio da Sociolinguística Interacional. Somado a isso, a literatura disponível em língua portuguesa sobre Sociolinguística Interacional aplicada a práticas políticas ainda é limitada, reflexo tanto da circulação predominante de pesquisas em inglês e francês quanto do caráter recente de consolidação desse campo no Brasil.

No cenário brasileiro, debates presidenciais exibidos em redes de televisão aberta ocupam papel privilegiado na disputa por interpretações. Transmitidos simultaneamente pela televisão e por plataformas digitais, tornam-se eventos comunicativos complexos, atravessados por múltiplos circuitos de circulação de sentidos, o enunciado proferido no estúdio repercute imediatamente em redes sociais, páginas jornalísticas, aplicativos de mensagens e comentários públicos. O desempenho dos candidatos nesses debates precisa, portanto, ser analisado como ação performática situada em uma ecologia discursiva ampliada. Cada gesto captado pela câmera, cada desvio prosódico e cada sobreposição de turnos converte-se em material para disputas interpretativas que se desdobram minutos após a transmissão inicial.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, cujo foco é analisar um conjunto de interações produzidas durante o debate presidencial brasileiro realizado em 29 de setembro de 2022, transmitido por uma emissora de televisão aberta de alcance nacional, com especial atenção ao primeiro bloco da transmissão. Esse recorte não é arbitrário. Trata-se do momento de abertura da disputa, no qual os candidatos estabelecem suas primeiras performances públicas, negociam enquadres iniciais, calibram estratégias de confronto e testam a recepção de seu estilo comunicativo. É também a fase em que ainda não há desgaste acumulado ou previsibilidade de movimentos, o que permite observar a emergência espontânea de disputas, tensões, alianças temporárias e tentativas de manejo de face.

O *corpus* desta pesquisa é composto justamente pelo primeiro bloco desse debate presidencial. No interior desse corpus, três participantes são selecionados não por suas personalidades individuais, mas por representarem projetos políticos e estilos discursivos contrastivos, cujas interações constroem, ao longo do debate, leituras específicas de

autoridade, credibilidade e antagonismo. O objetivo não é compará-los em termos de conteúdo programático, mas compreender como, na interação, constroem identidades políticas, produzem ataques e defesas e organizam enquadres que definem quem fala com razão, quem fala de forma agressiva, quem parece evasivo ou assertivo.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: como os candidatos utilizam pistas de contextualização e outras estratégias linguístico-interacionais para construir sentidos políticos e identitários no debate televisivo?

Parte-se da hipótese de que as interações do debate presidencial revelam estruturas sociolinguísticas organizadas por meio dessas pistas, que orientam as interpretações do público, regulam a distribuição da fala e indexam posições de poder e pertencimento político. Essas pistas podem ser quantificadas e interpretadas qualitativamente em sua função social e contextual.

O objetivo geral deste trabalho é analisar, sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional, as estratégias linguísticas e interacionais mobilizadas pelos candidatos durante o debate presidencial de 2022, observando como tais práticas contribuem para a construção de identidades políticas e para a organização do evento comunicativo. Para alcançar esse objetivo, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever as características sociocomunicativas do debate televisivo como evento institucional;
- b) identificar e classificar as pistas de contextualização (prosódicas, lexicais, discursivas e gestuais);
- c) quantificar a ocorrência dessas pistas, correlacionando-as com momentos de ruptura, enfrentamento e alinhamento;
- d) interpretar qualitativamente o papel dessas pistas na construção de enquadres, footings e identidades políticas;
- e) relacionar os achados empíricos às condições macrosociais e ideológicas que atravessam a interação midiática.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa ancora-se em autores que contribuem para compreender a linguagem como prática social situada. Gumperz(1982) oferece o arcabouço para pensar inferência conversacional e pistas de contextualização. Hymes(1974) redefine o objeto da linguística ao propor a competência comunicativa e o evento comunicativo como unidades analíticas centrais, Goffman(1981) introduz a noção de enquadre e de ordem interacional, possibilitando descrever a micropolítica da co-presença, Erickson(1992) sistematiza a microanálise etnográfica, enfatizando a importância do detalhe multimodal.

Trabalhos mais recentes de Heller (2020) e de Collins e Slembrouck (2020) reiteram a necessidade de articular os níveis micro e macro da análise, mostrando como performances locais se inscrevem em regimes globais de circulação de recursos linguísticos.

A relevância deste estudo se manifesta em duas dimensões. Em primeiro lugar, do ponto de vista teórico, reforça-se a pertinência da Sociolinguística Interacional como perspectiva capaz de integrar os níveis micro e macro da análise sociolinguística, revelando que o sentido é inseparável das condições contextuais e ideológicas de produção discursiva. Em segundo lugar, do ponto de vista social, a pesquisa oferece subsídios para uma leitura crítica dos discursos políticos, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes quanto aos mecanismos linguísticos que estruturam o poder e a persuasão na esfera pública. Compreender o discurso político, nesse sentido, é também compreender os limites da escuta e reconhecer que a exclusão comunicativa é uma das faces menos discutidas da desigualdade social.

Este trabalho está estruturado em seis partes. O capítulo 1 corresponde às considerações iniciais, nas quais se apresentam a revisão bibliográfica sintética, a justificativa da pesquisa e os objetivos pretendidos. As demais partes distribuem-se em capítulos que avançam da fundamentação teórica à análise. O capítulo 2, desenvolve a discussão sobre a linguagem como prática social e os fundamentos da Sociolinguística. Em seguida, no capítulo 3 aprofunda-se o campo da Sociolinguística Interacional, com a exposição de seus principais conceitos e autores de referência. Posteriormente, no capítulo 4 descrevem-se as etapas metodológicas da pesquisa, incluindo a constituição do corpus, as convenções de transcrição e as categorias analíticas adotadas. A partir desse percurso, chega-se ao capítulo 5, dedicado à análise e discussão dos resultados, focalizando as estratégias interacionais e os mecanismos de construção de identidade política observados no debate. Por fim, apresenta-se o capítulo 6 destinado às considerações finais, que sintetiza os achados, discute suas implicações e indica caminhos para investigações futuras.

Assim, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento do campo da Sociolinguística Interacional no Brasil e para a compreensão da linguagem política como fenômeno socialmente situado, performativo e relacional. Mais do que observar o que os candidatos dizem, busca-se compreender como dizem e o que esse modo de dizer revela sobre as relações entre linguagem, poder e sociedade. Afinal, todo discurso é, simultaneamente, um ato linguístico e um ato político, uma forma de agir no mundo e de moldar o próprio modo como o mundo pode ser dito.

2 FUNDAMENTOS DA SOCIOLINGÜÍSTICA PILARES DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A LINGUAGEM

No presente capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos que sustentam a constituição da Sociolinguística como campo de investigação científica, destacando as principais concepções de linguagem, sociedade e variação que orientam esta pesquisa. Iniciamos com uma reflexão sobre a linguagem como prática social e *locus* de construção de sentidos, discutindo perspectivas que concebem a língua não como um sistema autônomo e abstrato, mas como forma de ação situada e mediadora das relações humanas.

Em seguida, abordamos o surgimento da Sociolinguística moderna, nas décadas de 1960 e 1970, com ênfase na ruptura em relação ao estruturalismo saussuriano e na virada proposta por William Labov. Essa virada reposiciona a heterogeneidade linguística como princípio constitutivo das línguas naturais e introduz a noção de regra variável (Labov, 1972), a partir da qual se compreende a variação como sistemática e socialmente condicionada.

Na sequência, discutimos outras vertentes da Sociolinguística (educacional, antropológica e crítica) que ampliam o escopo do campo e evidenciam sua vocação interdisciplinar. A vertente educacional destaca a importância dos estudos sociolinguísticos para o ensino de língua e para o combate ao preconceito linguístico; a vertente antropológica aproxima-se da etnografia da comunicação proposta por Dell Hymes(1974), ressaltando a dimensão cultural da linguagem; e a vertente crítica, representada por autoras como Monica Heller(2020), introduz o debate sobre poder, ideologia e identidade na interação linguística.

Por fim, o capítulo se encerra com uma síntese que aponta a transição teórica da análise da variação à análise da interação, preparando o terreno conceitual para o capítulo seguinte, no qual a Sociolinguística Interacional será explorada em suas origens, conceitos centrais e desdobramentos contemporâneos.

2.1 Linguagem como prática social e *locus* de construção de sentidos

A concepção de linguagem como prática social constitui um dos pilares fundamentais da Sociolinguística moderna e, especialmente, da perspectiva interacional adotada nesta pesquisa. Ao compreender a língua não como um sistema estático de signos, mas como uma atividade dinâmica, situada e mediada por relações sociais, desloca-se o foco da estrutura para o uso efetivo da linguagem em contextos concretos de interação. Nesse sentido, falar é agir no mundo, construindo sentidos, identidades e posições sociais, tal compreensão se evidencia na

afirmação de que:

na linguagem e na comunicação nada é estático. Esse é o ponto de partida para o/a analista do discurso no viés da Sociolinguística Interacional. Em qualquer comunicação se opera a partir da possibilidade, da variabilidade e do acaso. Nem as estruturas sociais e históricas, inseridas em dinâmicas complexas próprias, funcionam na fixação do sujeito ou no seu condicionamento. As relações sociais costuradas no discurso e na interação serão sempre ‘construídas, sustentadas, desestabilizadas ou transformadas na política da vida diária e suas atividades corriqueiras (Fabrício, 2020, p.21).

Essa perspectiva reforça o caráter processual e contingente da linguagem, compreendida como espaço de ação e de transformação social, em que os sentidos são constantemente negociados e reconstruídos nas interações cotidianas. Bakhtin (1997) já havia antecipado esse deslocamento teórico ao propor que a linguagem é essencialmente dialógica, isto é, constituída na e pela relação entre sujeitos historicamente situados. Em sua perspectiva, cada enunciado é produzido em resposta a enunciados anteriores e, simultaneamente, projeta respostas futuras, configurando o que o autor denomina cadeia ininterrupta da comunicação verbal. Dessa forma, o sentido não reside na palavra isolada, tampouco em estruturas formais estáveis, mas emerge das relações dinâmicas entre locutor, interlocutor e contexto sociocultural. O signo linguístico, portanto, é também um signo ideológico, carregado de valores, intenções e posicionamentos que refletem as condições históricas e sociais de sua produção e circulação.

Essa concepção representa uma ruptura epistemológica em relação às abordagens formalistas e estruturalistas predominantes até então. Enquanto tais paradigmas privilegiavam o estudo da língua como sistema fechado, homogêneo e autorregulado, Bakhtin (1997) propõe um objeto de estudo voltado para o fenômeno da interlocução viva, ou seja, para as práticas comunicativas concretas nas quais os sujeitos se constituem e produzem sentidos. A linguagem, para o autor, é essencialmente prática, processual e responsiva, sendo o lugar onde se manifestam as relações sociais, ideológicas e afetivas que estruturam a experiência humana.

Essa orientação teórica se explicita de modo exemplar na formulação de Bakhtin segundo a qual “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta” (Bakhtin, 1986, p. 123). O autor complementa essa afirmação ao sustentar que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 1986, p. 124).

A partir dessa visão, a linguagem passa a ser entendida como prática social concreta, indissociável das esferas de atividade humana nas quais se realiza. Para Bakhtin (1997, p. 124), “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”, o que significa que o ato de dizer está sempre atravessado por vozes, perspectivas e posições de poder. Essa noção é central para compreender a comunicação como espaço de negociação de sentidos e identidades, aspecto que será retomado, em outro plano, na Sociolinguística Interacional.

Nessa mesma direção, Dell Hymes (1974) rompe com a concepção estruturalista da língua como sistema autônomo, homogêneo e ideal. Em contraposição ao paradigma formalista herdado de Saussure e consolidado pelo gerativismo chomskyano, Hymes defendeu uma abordagem etnográfica e pragmática da linguagem. Em homenagem a Erving Goffman, Hymes compôs o texto *On First Looking into a Manuscript by Goffman*, no qual sintetiza o espírito dessa virada teórica e o vínculo intelectual entre ambos os pesquisadores:

Muitos que falam sobre a fala, emudeciam ; Quando o polegar implacável do Chomsky racionalista esmagava qualquer antecedente -ista, Behaviorista, estruturalista; se contorciam, se enraiveciam; A interação social foi desprestigiada, e com cansaço e lapsos de memória identificada. Agora, todos concordam, até os mais dogmáticos, devemos ser ao menos um pouco “pragmáticos”; Mas felizes os poucos que, no início dos anos sessenta em Berkeley, viram nitidamente a situação negligenciada, por inteiro, viram que até a fala estava presa em si mesma no seu cerne, até que fosse compartilhada, e a algo mais entrelaçada, ela mesma uma modalidade estratégica, enquadrada, inseparável da solidariedade, de seres humanos interacionais. (Hymes, 1984, *apud* Fabrício, 2020, p. 35)

A tradução de Fabrício (2020) ilumina esse momento de ruptura ao mostrar como Hymes reconhece, com certa ironia, que a linguística racionalista havia “emudecido” o estudo da fala ao subordinar a linguagem a modelos mentais abstratos. No poema, ele observa que, após o domínio do estruturalismo e do gerativismo, que desprestigiaram a interação social, tornou-se necessário restaurar o foco na dimensão pragmática e situada da comunicação.

Essa formulação traduz a convicção de Hymes(1974) de que o estudo da linguagem deve considerar o fenômeno interacional por inteiro, incluindo o contato entre pessoas, textos, contextos, crenças e valores. A interação não é mero cenário da comunicação, mas o próprio *locus* da produção de sentido. A partir dessa compreensão, Hymes elabora o conceito de competência comunicativa, ampliando a noção de competência linguística proposta por Chomsky(1957). Saber uma língua, para ele, significa saber quando falar, quando não falar, o que dizer, a quem, quando, onde e de que modo (Hymes, 1974).

Essa ampliação do foco, do código à prática, da forma ao uso, representou uma

verdadeira reorientação epistemológica para as ciências da linguagem. Ao restituir à interação o papel de eixo constitutivo da comunicação, Hymes pavimentou o caminho para o desenvolvimento da Sociolinguística Interacional, da Pragmática e da Etnografia da Comunicação, campos que tomam o discurso como uma forma de ação social e culturalmente mediada.

Lima (2016), retomando e atualizando essas concepções, argumenta que compreender a linguagem como prática social exige reconhecer sua natureza intersubjetiva e dialógica. Para o autor, a linguagem é o meio pelo qual os sujeitos constroem sentidos partilhados e, ao mesmo tempo, negociam significados divergentes, de modo que o entendimento é sempre processo e nunca produto finalizado. Essa visão aproxima-se das proposições de Bakhtin(20004), ao enfatizar a dimensão responsiva e interpretativa da fala, e dialoga com a perspectiva etnográfica de Hymes(1974), ao compreender a comunicação como prática culturalmente situada.

Assim, ao adotar a linguagem como prática social e *locus* de construção de sentidos, a Sociolinguística reconhece que toda produção linguística é simultaneamente uma ação social e uma forma de representação simbólica do mundo. As escolhas linguísticas dos falantes refletem valores, ideologias, relações de poder e pertencimentos identitários, configurando-se como indícios de posicionamentos no espaço social. A análise da linguagem, portanto, deve ir além da descrição formal e buscar compreender os processos de significação que emergem na interação, perspectiva que será aprofundada no campo da Sociolinguística Variacionista, cuja virada reposicionou a heterogeneidade linguística no centro das ciências da linguagem.

2.2 A emergência da Sociolinguística

A consolidação da Sociolinguística como campo de estudos ocorreu na década de 1960, em um momento marcado pela hegemonia, mas também pelas limitações, da Linguística estrutural. Até então, predominava a perspectiva inaugurada por Ferdinand de Saussure, cuja obra fundacional, *Curso de Linguística Geral* (1916), estabelecia a *langue* como objeto privilegiado da ciência linguística. A *langue* correspondia ao sistema coletivo e social compartilhado pelos falantes, dotado de regularidade interna e relativa autonomia em relação às práticas concretas de fala. Já a *parole* designava o uso individual da língua, marcado pela variação, pela contingência e pelas condições situacionais de produção.

Esse recorte metodológico excluía a *parole* do núcleo analítico, com o objetivo de conferir cientificidade à Linguística por meio de um objeto estável e passível de descrição

sincrônica. Saussure (2006) explicita essa separação ao afirmar:

Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente [...] O único recurso destas demonstrações, se por acaso, no decurso de nossas demonstrações, pedirmos luzes ao estudo da fala, esforçar-nos-emos para jamais transpor os limites que separam os dois domínios (Saussure, 2006, p. 28).

Embora decisiva para a autonomia da Linguística, essa dicotomia contribuiu para análises centradas quase exclusivamente na estrutura interna do sistema linguístico, priorizando a sincronia e a regularidade formal e relegando a um segundo plano a heterogeneidade e as condições sociocomunicativas do uso real da língua. Nesse contexto, formas divergentes da norma idealizada eram frequentemente interpretadas como desvios, o que resultava no apagamento das dimensões sociais da linguagem.

A partir da década de 1950, entretanto, transformações socioculturais como a expansão dos estudos urbanos, o aumento da mobilidade social e o fortalecimento de movimentos identitários relacionados a gênero, raça e classe, tornaram evidente que a língua não poderia ser concebida apenas como um sistema formal e autônomo. Tornou-se necessário compreendê-la como prática social situada, atravessada por relações de poder, por valores culturais e por dinâmicas de interação.

Nesse cenário, a Sociolinguística emergiu como reação crítica à abstração estruturalista e como tentativa de recolocar a análise linguística em diálogo com a vida social concreta. Essa inflexão teórica aproximou variação linguística e mudança social, perspectiva já antecipada por Meillet, (1921) *apud* Calvet (2002, p. 16), que afirmava “Por ser a língua um fato social, resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social.”

Essa concepção sociológica da linguagem sustentou o desenvolvimento da Sociolinguística moderna, que, a partir dos anos 1960, reposicionou a heterogeneidade como elemento constitutivo da língua. Nesse processo, os trabalhos de William Labov (1972) foram fundamentais ao demonstrar que a variação não é aleatória nem resultado de imperfeição, mas parte integral do funcionamento linguístico e reveladora de sua estrutura social. O entendimento da mudança linguística exige romper a identificação equivocada entre estruturalidade e homogeneidade, reconhecendo que a competência do falante inclui o domínio de estruturas heterogêneas.

O estudo sobre a ilha de *Martha's Vineyard* (1963) exemplifica essa virada ao mostrar

que a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ estava diretamente associada a processos identitários: pescadores locais, em oposição ao avanço do turismo, adotavam determinadas variantes como forma de afirmação simbólica de pertencimento. O achado evidenciou que a variação possui função social e constitui prática de construção cultural e política.

Em *The Social Stratification of English in New York City* (1966), Labov aprofundou esse paradigma ao analisar a realização do /r/ pós-vocálico em diferentes estratos socioeconômicos por meio de entrevistas extensas no *Lower East Side* e inquéritos rápidos em lojas de departamento como *Saks, Macy's e S. Klein*. Os resultados demonstraram correlação sistemática entre estratificação social, contexto estilístico e variação linguística. Fenômenos como a hipercorreção da classe média baixa revelaram que o comportamento linguístico é orientado por expectativas normativas e pressões sociais.

Para operacionalizar essa concepção, Labov(1972) desenvolveu um modelo metodológico baseado na atenção ao monitoramento da fala como critério de distinção entre estilos. Nesse quadro, o vernáculo (estilo de mínima atenção) é considerado o ponto privilegiado para observação da estrutura subjacente da língua. Estilos mais monitorados, embora introduzam fenômenos como hipercorreção, também são analiticamente relevantes por evidenciarem a influência de fatores sociais sobre o comportamento linguístico. Como afirma o autor ao dizer que:

Existem mais estilos e dimensões estilísticas do que um analista pode isolar. Mas descobrimos que os estilos podem ser dispostos ao longo de uma única dimensão, medida pelo grau de atenção prestada à fala [...]. O fator comum para ambos os estilos é que há pouca atenção para a monitoração da própria fala (Labov, 1972, p. 243).

A partir desses pressupostos, Labov (1972) formulou o conceito de regra variável, segundo o qual variantes de uma mesma regra gramatical são condicionadas probabilisticamente por fatores linguísticos e sociais. A regra variável descreve padrões de frequência e não obrigatoriedades categóricas, permitindo conciliar a regularidade do sistema com a diversidade observada no uso. Dessa forma, a variação deixa de ser interpretada como erro e passa a ser compreendida como comportamento sistemático, distribuído segundo princípios identificáveis no interior de uma comunidade de fala.

Essa perspectiva quantitativa representou um avanço metodológico decisivo, ao possibilitar distinguir variáveis estáveis e variáveis associadas a mudanças em progresso, observadas tanto em tempo aparente quanto em tempo real. Assim, a análise quantitativa da regra variável tornou-se instrumento central para investigar os mecanismos de mudança linguística e as formas como variantes concorrentes se difundem ou se retraem no tecido

social.

Com base nesses aportes, consolidou-se a Sociolinguística Variacionista, cujo objetivo central é descrever e explicar padrões de variação em função de fatores sociais. Nesse modelo, a variação reflete e estrutura relações sociais, indexando pertencimentos, identidades e valores culturais. Como afirma Labov (2008, p. 5), “as mudanças linguísticas não ocorrem em um vácuo social; elas estão enraizadas nos padrões de interação e nas redes de comunicação de uma comunidade”.

A Sociolinguística moderna, portanto, desloca o foco da língua como sistema abstrato para a língua como prática social observável. A heterogeneidade, antes marginalizada, torna-se fundamento teórico, e o falante real, inserido em redes sociais e contextos situados, passa ao centro da análise. Esse reposicionamento abriu caminho para vertentes posteriores, como a Sociolinguística Interacional, a Pragmática e a Etnografia da Comunicação, que articularam a base laboviana com abordagens interpretativas inspiradas em autores como Hymes(1974) e Goffman(1981).

2.3 Outras vertentes sociolinguísticas

Paralelamente ao desenvolvimento da Sociolinguística Variacionista, consolidaram-se outras vertentes que ampliaram o escopo teórico e metodológico do campo, aprofundando a compreensão das relações entre linguagem, cultura, poder e interação social. Entre elas, destacam-se a vertente educacional, a antropológica e a crítica. Embora possuam objetos e metodologias distintos, convergem ao reconhecer a linguagem como prática social e histórica, permeada pela variação e pelas dinâmicas de produção de sentido que refletem, legitimam e transformam a realidade social.

A Sociolinguística Educacional emerge como resposta à tradição escolar normativa que, historicamente, associou a norma-padrão à ideia de correção, prestígio e competência intelectual. Essa perspectiva, de matriz elitista e excludente, sustenta o que Bagno (2007) denomina preconceito linguístico, isto é, o julgamento social que desqualifica as variedades populares, regionais e rurais do português brasileiro, reduzindo-as a formas “erradas” ou “deficientes” de expressão. Tal postura, reforça hierarquias simbólicas que marginalizam identidades e reproduzem desigualdades sociais.

A crítica de Bagno é incisiva ao expor como a lógica excludente das instituições perpetua desigualdades:

Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder, são os sem-língua (Bagno, 2007, p. 16).

A Sociolinguística Educacional propõe substituir a lógica da correção pela da adequação comunicativa, entendendo que toda variedade linguística é legítima e funcional dentro de um contexto específico de uso. Assim, o ensino de língua deve priorizar a reflexão crítica sobre a diversidade linguística e sobre as condições sociais que atribuem prestígio a determinadas formas de falar. Nesse sentido, Soares (2000, p. 40) afirma que as evidências científicas produzidas pela Antropologia e pela Sociolinguística tornam “impossível e cientificamente inaceitável” qualquer avaliação de superioridade ou inferioridade entre línguas ou variedades.

Essa mudança implica mais do que uma adaptação didática: trata-se de uma transformação epistemológica na forma de conceber a linguagem e seu ensino. Pécora (1983) enfatiza que o insucesso escolar relacionado à norma-padrão não decorre de falhas pedagógicas, mas da concepção equivocada de língua que orienta o ensino tradicional:

[...] é preciso reconhecer que esse [o não domínio da norma-padrão] não é um problema de origem pedagógica, não adianta introduzir mil técnicas revolucionárias de motivação: trata-se de um fracasso alimentado a fermento pela concepção de língua que condiciona todo o ensino oficial do português e que, ao desconhecer a complexidade vital de seus usos, torna-se incapaz de garantir o aprendizado adequado de um só deles (Pécora, 1983, p. 37-38).

Ao tratar a língua como um código autônomo, desvinculado da vida social, a escola ignora a natureza viva e interacional da linguagem, fundamento que Bakhtin (1979) identifica como central à comunicação humana.

Nesse mesmo horizonte, autores como Bagno (2007), Mollica (1998) e Bortoni-Ricardo (2009) destacam que o ensino de língua precisa partir do reconhecimento da diversidade linguística como manifestação da heterogeneidade social, e não como obstáculo ao aprendizado. Conforme afirma Bortoni-Ricardo (2009), desde seu surgimento, tanto a vertente variacionista quanto a qualitativa da Sociolinguística demonstraram preocupação com o desempenho escolar de crianças pertencentes a diferentes grupos étnicos e redes sociais, contribuindo significativamente para o avanço das pesquisas educacionais nas últimas décadas.

O papel da escola, portanto, não é erradicar as variedades populares, mas possibilitar que o aluno amplie seu repertório linguístico, desenvolvendo a capacidade de transitar entre diferentes registros e estilos conforme a situação comunicativa. Trata-se de um processo formativo e emancipador, no qual o estudante é levado a compreender que as normas linguísticas são convenções históricas vinculadas a relações de dominação e privilégio.

A vertente antropológica, por sua vez, tem origem na Etnografia da Comunicação proposta por Dell Hymes (1972), que redefiniu o objeto da Linguística ao defender que a análise da linguagem deve considerar seu uso em contextos socioculturais específicos, ao romper com o modelo chomskiano, centrado em regras formais descontextualizadas, ele introduziu o conceito de competência comunicativa, que inclui o conhecimento social e cultural necessário para agir adequadamente em situações de interação.

A Sociolinguística Antropológica estreita vínculos com a Antropologia Linguística ao tratar o discurso como prática cultural. Cada comunidade de fala elabora suas próprias normas de comunicação, modos de dizer e expectativas de sentido, compreensíveis apenas por meio da observação etnográfica. Dessa forma, a pesquisa linguística assume caráter qualitativo e interpretativo, buscando compreender não apenas as formas, mas os usos e significados sociais da linguagem em situações reais.

Essa vertente consolida, assim, uma visão de linguagem como fenômeno intersubjetivo e performativo, capaz de produzir, reproduzir e transformar relações sociais, reafirmando o princípio de que toda comunicação é, antes de tudo, um ato cultural situado.

A vertente crítica da Sociolinguística, por sua vez, insere-se no diálogo com os estudos pós-estruturalistas e com a sociologia de Pierre Bourdieu (1991), sendo consolidada por autoras como Monica Heller (2020). Essa perspectiva introduz a dimensão política e ideológica na análise da linguagem, evidenciando que as práticas linguísticas são indissociáveis das relações de poder que estruturam a vida social. A Sociolinguística Crítica desloca o foco da mera descrição da variação linguística para a compreensão de como línguas e variedades são hierarquizadas, mercantilizadas e transformadas em instrumentos de inclusão e exclusão simbólica.

Como observa Heller (2020), em sociedades globalizadas e neoliberais, a linguagem funciona como recurso econômico, mobilizado como capital simbólico em mercados linguísticos específicos, conforme as formulações de Bourdieu (1991). Nessas arenas, o valor social de uma forma de falar não é intrínseco, mas resulta de disputas simbólicas e políticas de legitimação que privilegiam repertórios associados a grupos de maior prestígio, marginalizando outros, como variedades regionais, rurais e populares. Esse processo reforça

desigualdades históricas e produz o que a literatura identifica como violência simbólica, quando o próprio falante internaliza a inferiorização de sua variedade linguística.

Assim, enquanto a vertente educacional combate o preconceito linguístico e propõe práticas pedagógicas inclusivas, a vertente antropológica revela os mecanismos culturais e interacionais de construção do sentido, e a vertente crítica denuncia as relações ideológicas e econômicas que sustentam a desigualdade linguística. Apesar das diferenças de método e foco, todas convergem na defesa da linguagem como prática social.

Essa pluralidade explica a vitalidade e a relevância da Sociolinguística contemporânea, especialmente no contexto brasileiro, em que o campo dialoga intensamente com a Educação, a Antropologia, a Comunicação e a Sociologia. Ao integrar essas abordagens, a Sociolinguística oferece instrumentos teóricos e metodológicos para compreender fenômenos como o preconceito linguístico, a alternância de códigos em contextos multilíngues, a construção de identidades em interações face a face e as estratégias discursivas que atravessam arenas políticas, midiáticas e institucionais. Em última instância, reafirma-se o princípio de que estudar a linguagem é estudar o próprio funcionamento da vida social, com suas hierarquias, resistências e transformações.

3. A SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL: PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS

A Sociolinguística Interacional (SI) constitui um dos mais expressivos desdobramentos da tradição sociolinguística. Distanciando-se tanto do estruturalismo quanto da abordagem variacionista clássica, a SI propõe uma mudança interpretativa: o interesse desloca-se da correlação estatística entre forma linguística e grupo social para o exame da interação como processo de produção de sentido. O foco recai sobre o modo como, em situações comunicativas concretas, os participantes constroem e negociam significados, identidades e relações de poder mediante recursos linguísticos e contextuais.

Seu desenvolvimento decorre do diálogo entre três vertentes centrais, a Etnografia da Comunicação, formulada por Dell Hymes (1972); os estudos de John Gumperz (1982) sobre inferência conversacional e pistas de contextualização; e a teoria goffmaniana da ordem interacional (Goffman, 1981). Neste capítulo, apresentam-se as condições de emergência e consolidação da Sociolinguística Interacional, seus fundamentos conceituais e metodológicos, bem como os desdobramentos contemporâneos que ampliam sua aplicação a contextos institucionais e midiáticos.

3.1 Emergência da Sociolinguística Interacional

O surgimento da Sociolinguística Interacional remonta ao início da década de 1960, momento em que as investigações linguísticas estavam voltadas à busca por princípios universais e estruturas gramaticais autônomas. Predominava a concepção da língua como sistema formal independente de suas condições de uso. Nesse cenário, “as fronteiras entre linguagem e sociedade eram bem delineadas por campos de conhecimento reconhecidos” (Fabrício, 2020, p. 13), o que resultava no afastamento sistemático das dimensões sociais e culturais da linguagem.

Em meio a essa hegemonia teórica, um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade da Califórnia, em Berkeley, Dell Hymes, John Gumperz e Erving Goffman, iniciaram um movimento de aproximação entre Linguística, Antropologia e Sociologia, propondo uma concepção de linguagem indissociável da vida social. Segundo Fabrício (2020), esses estudiosos “se engajavam, precursoramente, na aproximação de ações linguísticas e sociedade” (Fabrício, 2020, p. 14), produzindo análises inovadoras sobre a relação entre processos interacionais localizados e estruturas sociais mais amplas.

A valorização das práticas interacionais consolidou um campo de estudos denominado

Sociolinguística Interacional, constituído desde sua gênese por um forte diálogo interdisciplinar. Essa abertura é responsável por um modo de produzir conhecimento sociolinguístico que influenciou, e ainda influencia, uma extensa comunidade de pesquisadores.

Ao adotar uma perspectiva pragmática, Hymes, Gumperz e Goffman reposicionaram a linguagem como fenômeno público, variável e emergente, contrariando a noção chomskyana de competência ideal. Como observa Fabrício (2020), os três compartilhavam a ideia de que tanto a fala como os significados que ela faz circular são fenômenos públicos, variáveis, atrelados a contextos emergentes. Essa concepção introduz uma visão de comunicação centrada no contato entre pessoas, textos e valores culturais, o que impulsionou a formulação de um campo próprio de estudos no qual a interação assume papel constitutivo do significado.

Dell Hymes(1972) foi o primeiro a sistematizar essa mudança ao propor a Etnografia da Comunicação como método para analisar a relação entre linguagem e sociedade. Para o autor, compreender uma comunidade de fala implica descrever as formas habituais de comunicação que organizam sua vida social. Em “Para uma etnografia da comunicação”, Hymes (1972) define o evento comunicativo como unidade central de análise, composta por elementos interdependentes, participantes, canais, gêneros e propósitos comunicativos, que estruturam o comportamento linguístico e cultural. Nessa perspectiva, “observar e descrever práticas linguísticas significa simultaneamente examinar práticas socioculturais” (Fabrício, 2020, p. 19).

A noção de competência comunicativa, formulada por Hymes (1974), amplia o conceito chomskyano de competência linguística ao incorporar o conhecimento social necessário para a adequação comunicativa. Saber uma língua, portanto, não significa apenas dominar suas regras gramaticais, mas compreender “o que dizer, a quem, quando e de que modo” (Hymes, 1974, p. 277). Essa formulação insere o falante real e as normas culturais de uso no centro da análise linguística, representando um marco decisivo para os estudos sociolinguísticos subsequentes.

John Gumperz(1982), colaborador de Hymes, desenvolveu a base metodológica da Sociolinguística Interacional ao propor a observação minuciosa das práticas conversacionais. Em *Discourse Strategies* (1982), o autor formula o conceito de inferência conversacional, que descreve os processos interpretativos pelos quais os interlocutores constroem significados a partir de pistas de contextualização. Tais pistas, entonação, pausas, gestos, escolhas lexicais, alternância de códigos, entre outras, funcionam como sinais meta pragmáticos que orientam a compreensão mútua, indexando informações culturais e sociais subjacentes, “o que está em

jogo em situações comunicativas é a operação simultânea de comunicação e metacomunicação”, guiada por expectativas culturalmente situadas (Fabrício, 2020, p. 24).

Esse modelo teórico permitiu demonstrar que a interação linguística é sempre um processo interpretativo situado, sujeito a ambiguidades e desencontros. Divergências entre pressupostos socioculturais podem gerar “mal-entendidos advindos do conflito entre conhecimentos de mundo diversos que ocasionam processos de contextualização divergentes” (Fabrício, 2020, p. 25). Assim, a comunicação não se reduz à transmissão de informações, constituindo-se como negociação contínua de sentidos mediada por ideologias, valores e repertórios socialmente aprendidos.

Erving Goffman, por sua vez, aportou à SI uma dimensão microsocial ao definir a ordem interacional como um domínio legítimo de investigação sociológica. Em obras como *Frame Analysis* (1974) e *Forms of Talk* (1981), Goffman descreve a interação face a face como espaço regulado por rituais, normas e convenções de copresença. A situação comunicativa é marcada pela vulnerabilidade e pela contingência, os participantes sustentam enquadres, ajustam papéis e administram impressões, mas esses equilíbrios são constantemente ameaçados por mal-entendidos, desvios ou rupturas. Fabrício (2020) observa que Goffman propõe uma sociologia “do infinitamente pequeno”, dedicada aos detalhes da vida cotidiana, nos quais se manifesta a micropolítica das relações sociais.

O diálogo entre esses autores consolidou uma abordagem inovadora da linguagem como ação social situada, marcada simultaneamente por regularidades e incertezas. Essa confluência rompeu com o modelo bilateral e idealizado do “circuito da fala” saussuriano e com o formalismo da linguística gerativa, abrindo espaço para o estudo da comunicação em sua dimensão processual, intersubjetiva e ideológica.

Dessa forma, a Sociolinguística Interacional nasce de um projeto intelectual que redefine o estatuto da linguagem e seu papel nas ciências humanas. Ao reconhecer a indissociabilidade entre os planos micro e macro da vida social, a SI articula observação etnográfica, análise interacional e reflexão sociológica, situando a linguagem como prática constitutiva da experiência social. Nesse enquadramento, falar é agir, interpretar e posicionar-se diante do outro, em processos que articulam dimensões simbólicas, ideológicas e relacionais. Essa perspectiva inaugura um modo analítico que privilegia a investigação dos mecanismos por meio dos quais os sentidos são produzidos e interpretados nas interações cotidianas, tema aprofundado na seção seguinte, dedicada aos fundamentos teóricos da SI.

3.2 Fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Interacional

Entre os fundadores e fundadoras da Sociolinguística Interacional (SI), John J. Gumperz ocupa posição decisiva, no centro de sua proposta está o conceito de inferência conversacional, entendido como o conjunto de operações cognitivas e sociais mediante as quais interlocutores formulam e testam hipóteses sobre o que está sendo feito ao dizer-se algo (Gumperz, 1982). Em *Discourse Strategies* (1982), o autor demonstra que a compreensão mútua não decorre da simples decodificação literal dos enunciados, mas da calibragem contínua dessas hipóteses ao longo do curso interacional. Compreender é, portanto, inferir em condições de contexto em constante transformação.

A força explicativa do modelo gumperziano torna-se particularmente evidente em seus estudos sobre mal-entendidos interculturais em instituições britânicas. Em uma das situações analisadas, uma candidata indiana participou de uma entrevista de emprego conduzida por avaliadores britânicos. Embora sua fala fosse gramaticalmente correta, ela empregava um padrão de entonação descendente, típico da variedade do inglês falada no sul da Ásia, associado em seu repertório comunicativo a respeito e deferência. Para os entrevistadores, contudo, acostumados a associar tal padrão prosódico à frieza ou desinteresse, o comportamento foi interpretado como sinal de desmotivação, assim, o que, para a candidata, funcionava como marca de cortesia e autocontenção foi reinterpretado pelos interlocutores como indício de falta de entusiasmo, prejudicando sua imagem e comprometendo sua contratação.

Ao analisar esse tipo de situação, Monica Heller(2020) observa que, ao abrir espaço para formas de indiciamento tanto arbitrarias quanto culturalmente significativas, Gumperz(1982) enfrentou o problema do relativismo cultural ao considerar que os processos inferenciais podem apresentar algum grau de universalidade, embora os detalhes do que é inferido a partir desses recursos linguísticos permaneçam relativos e variáveis em sua arbitrariedade. Nas palavras da autora, “os detalhes do que foi inferido usando tais recursos linguísticos seriam mais provavelmente relativos e variáveis na sua arbitrariedade” (Heller, 2020, p. 275, trad. Daniel Nascimento Silva).

Esse exemplo evidencia um princípio central da SI, os mal-entendidos comunicativos não decorrem do desconhecimento da língua, mas de diferenças nos esquemas interpretativos e inferenciais que orientam a avaliação das formas de falar. Candidata e avaliadores partilhavam o mesmo idioma, porém mobilizavam repertórios culturais distintos para interpretar os mesmos sinais prosódicos. A incompreensão emerge, portanto, não da estrutura

linguística, mas da indexicalidade social do estilo comunicativo e das associações ideológicas que convertem traços fonológicos ou prosódicos em signos de caráter, competência ou atitude (Gumperz, 1982; 1996).

Como explica o próprio Gumperz (1982), a comunicação opera simultaneamente em dois níveis, o da comunicação, em que se transmite o conteúdo literal, e o da metacomunicação, em que se sinaliza como esse conteúdo deve ser compreendido. “Os falantes sinalizam como suas palavras devem ser entendidas e interpretam as sinalizações dos outros”, afirma o autor, sintetizando a natureza reflexiva da interação (Gumperz, 1982, p.13). É nessa dimensão metacomunicativa que se situam as chamadas pistas de contextualização (*contextualization cues*), elementos linguísticos, paralinguísticos e não verbais, como entonação, ritmo, pausas, olhares, gestos e alternância de códigos ou estilos discursivos. Esses elementos orientam os participantes quanto às intenções comunicativas, aos alinhamentos afetivos e aos posicionamentos sociais.

As pistas de contextualização funcionam como marcadores metapragmáticos, ou seja, comentários implícitos sobre a própria comunicação. Um leve alongamento vocálico, uma risada breve, um olhar desviado ou uma mudança sutil no tom de voz podem redefinir inteiramente o sentido de um enunciado, transformando uma crítica em ironia, uma pergunta em desafio ou uma discordância em cumplicidade. Para Gumperz (1982), esse é o tecido fino da interação, o plano no qual o significado é continuamente negociado e recalibrado, em um processo de coordenação inferencial que envolve tanto expectativas linguísticas quanto percepções culturais.

Em termos analíticos, as pistas de contextualização revelam que o contexto não preexiste à fala, mas é construído por meio dela. Essa concepção rompe com visões mecanicistas de comunicação, nas quais o contexto aparece como moldura fixa que circunscreve a linguagem. Ao contrário, o contexto é compreendido como produto emergente da atividade interacional, simultaneamente linguístico, social e cognitivo. Ele é continuamente construído e reconstruído a cada turno de fala, mediante escolhas prosódicas, gestuais e estilísticas que sinalizam o enquadre da atividade e o tipo de relação social em curso.

É nesse ponto que Gumperz (1982) explicita a dimensão política da linguagem, pois diferenças no modo de interpretar essas pistas podem converter-se em desigualdades comunicativas. Quando um grupo social detém o poder de definir o que conta como “modo de falar apropriado” ou “comportamento comunicativo eficiente”, as variações de estilo, prosódia ou gesto deixam de ser percebidas como diferenças legítimas e passam a ser avaliadas como desvios de competência. Esse processo de reindexação social dos modos de

falar, como observa Fabrício (2020), constitui um mecanismo sutil de exclusão simbólica, formas de expressão associadas a determinados grupos regionais, étnicos, de classe ou gênero são recodificadas como sinais de inferioridade, descortesia ou falta de profissionalismo.

Nesse sentido, a contribuição de Gumperz (1982) é duplamente inovadora, primeiro, ao deslocar o foco da linguística do código para a interpretação situada; e, segundo, ao revelar que a diferença comunicativa é também diferença socialmente estruturada. Sua teoria demonstra que compreender a linguagem é compreender as condições sociais de sua inteligibilidade, isto é, os regimes de valor que determinam quem pode ser entendido e quem é sistematicamente mal interpretado.

O pensamento de Erving Goffman amplia essa dimensão interacional ao introduzir a ideia de ordem interacional como domínio autônomo da vida social. Enquanto Gumperz (1982) concentra-se na produção de sentido linguístico e inferencial, Goffman investiga as estruturas rituais e morais da copresença, isto é, os mecanismos simbólicos que sustentam a coesão, a inteligibilidade e a preservação da face dos participantes nos encontros cotidianos. Em *Frame Analysis* (1974), o autor define o enquadre (*frame*) como o conjunto de princípios interpretativos que permite aos participantes responder à pergunta “o que está acontecendo aqui?”. Os enquadres funcionam como esquemas cognitivos e sociais que organizam a percepção do evento comunicativo, podendo ser mantidos, redefinidos ou rompidos no curso da interação, um exemplo clássico é o das situações de *brincadeira*, em que gestos ou falas potencialmente agressivas são enquadrados como não literalmente hostis, portanto o enquadre lúdico redefine o sentido da ação e preserva a continuidade do contato social.

Em *Forms of Talk* (1981), Goffman introduz o conceito de *footing*, que descreve as mudanças de alinhamento dos participantes em relação ao discurso e às identidades projetadas na fala. Durante uma palestra, por exemplo, o locutor pode alternar entre os papéis de narrador, comentador e personagem, reorganizando subtis hierarquias de autoridade e atenção. Como observa Bourdieu (1991, p. 112), o mérito de Goffman consiste em deslocar o olhar sociológico das macroestruturas para “os aspectos passageiros e, frequentemente decisivos, da existência social”, revelando a micropolítica que estrutura a vida cotidiana.

Dell Hymes (1972), torna-se igualmente central à Sociolinguística Interacional ao propor a Etnografia da Comunicação (EC), paradigma que redefine o objeto da linguística e amplia a noção de competência linguística para o domínio da competência comunicativa. Em reação à perspectiva formalista de Noam Chomsky, centrada no falante ideal e no conhecimento abstrato das regras gramaticais, Hymes (1972) sustenta que a linguagem deve ser compreendida como forma de ação social situada, na qual o saber linguístico se articula a

normas culturais, valores e expectativas interacionais.

Conforme afirma Hymes (1972, p. 60), “a forma e o significado de um ato de fala dependem das normas de sua ocorrência e de sua interpretação em uma comunidade”, essa formulação expõe que o domínio de uma língua inclui tanto o conhecimento estrutural quanto o conhecimento das regras de uso, isto é, a capacidade de adequar a fala às circunstâncias comunicativas e aos papéis sociais. O conceito de competência comunicativa passa, então, a englobar dimensões gramaticais, socioculturais e pragmáticas, tornando-se eixo central para o estudo da linguagem em funcionamento.

Para operacionalizar essa proposta, Hymes desenvolve a Etnografia da Comunicação, cujo objeto de análise é o evento comunicativo, unidade que integra forma, função e contexto em situações concretas de interação. Em oposição à linguística estrutural, que dissociava o código de seus usos sociais, a etnografia hymesiana busca compreender que “as análises dos contextos sociais e funções da comunicação, se apartadas dos meios de que se servem, são tão desprovidas de propósito quanto análises dos meios comunicativos, se divorciadas dos contextos e propósitos a que servem” (Hymes, 1974, p. 30).

O evento comunicativo, tal como definido por Hymes (1974), compreende um conjunto de componentes interdependentes, tais como, participantes, canais, códigos, normas, gêneros, propósitos e tópicos, que constituem o que o autor denomina economia comunicativa de uma comunidade. Esse conceito refere-se aos valores, expectativas e regras que determinam quem pode falar, o que pode ser dito, quando, onde e de que modo. Tal perspectiva rompe com a ideia universalista de adequação e destaca que cada comunidade desenvolve seus próprios critérios de legitimidade comunicativa, o que implica reconhecer a pluralidade de formas e funções da fala.

Um exemplo clássico das análises hymesianas trata do silêncio em comunidades indígenas norte-americanas. O que observadores externos, guiados por parâmetros eurocêntricos, interpretariam como ausência de comunicação revela-se, sob olhar etnográfico, uma prática significativa pois o silêncio, nesse contexto, é sinal de respeito, prudência e deferência social. O que parece “não dizer nada” constitui, de fato, um ato comunicativo pleno de sentido, que expressa valores de coletividade e moderação (Hymes, 1974). Com esse tipo de análise, Hymes introduz um princípio metodológico fundamental ao qual o pesquisador deve reconstruir o sentido da comunicação a partir do ponto de vista dos participantes, abordagem conhecida como enfoque êmico.

Para descrever sistematicamente os elementos dos eventos comunicativos, Hymes (1974) propõe o modelo *SPEAKING*, acrônimo que sintetiza oito componentes analíticos:

Setting and Scene, Participants, Ends, Act Sequence, Key, Instrumentalities, Norms e Genre. Esse modelo não possui caráter prescritivo, mas orientador, permitindo ao pesquisador reconstruir a lógica social que organiza as práticas comunicativas em cada comunidade.

Enquanto Gumperz (1982) privilegia o processo interpretativo microinteracional, Hymes (1974) enfatiza as normas socioculturais e institucionais que estruturam esse processo. Goffman, por sua vez, oferece o elo entre ambos ao descrever as dimensões rituais, morais e performativas da copresença, articulando as esferas do cotidiano às estruturas sociais. Essa confluência entre o olhar interpretativo de Gumperz (1982), a orientação etnográfica de Hymes (1974) e a sensibilidade situacional de Goffman (1981) prepara o terreno para o refinamento metodológico que se consolida nos trabalhos de Frederick Erickson.

Em suas pesquisas, Erickson (1992) desenvolve de forma consistente o princípio de que a interação é o lugar onde o social se torna visível, sistematizando uma abordagem de observação densa e minuciosa, a microanálise etnográfica, que se tornaria um dos pilares da Sociolinguística Interacional. Se Hymes (1974) propôs o evento comunicativo como unidade de observação e interpretação cultural da linguagem, Erickson aprofunda esse legado ao examinar a dimensão microscópica da interação, isto é, os modos pelos quais o sentido é negociado momento a momento na copresença dos participantes.

Em estudos clássicos sobre interação face a face, especialmente em contextos educacionais, Erickson (1992) sustenta que compreender a comunicação humana requer olhar para o detalhe, pois “o micro é o lugar onde o social se realiza”. A microanálise etnográfica constitui, assim, uma metodologia de observação minuciosa de trocas interacionais, apoiada em registros audiovisuais, que busca descrever como os participantes constroem em conjunto coerência, relevância e entendimento mútuo.

Erickson (1992) propõe uma análise que articula, simultaneamente, os planos sequencial e situacional da comunicação, cada enunciado é visto como resposta ao contexto imediatamente anterior e como ação que transforma o subsequente, assim, “o significado emerge na relação temporal entre o que foi dito, o que é dito e o que se projeta dizer” (Erickson, 1992). Essa perspectiva temporal e ecológica compreende a interação como fluxo rítmico de ajustes, alinhamentos e reparos, no qual a fala é inseparável dos gestos, olhares e da organização espacial.).

Um conceito central em sua proposta é o de mutualidade, entendida como coordenação rítmica entre falante e ouvinte. Para Erickson (1982), a escuta é uma forma ativa de participação que envolve inferência, antecipação e sincronização. O ouvinte, portanto, co-produz o sentido tanto quanto o falante. Nesse quadro, “falar é sempre responder” e “ouvir

é preparar resposta”, o que rompe a dicotomia entre emissor e receptor e redefine a interação como coprodução simbólica situada.

Em suas análises sobre sala de aula, Erickson (1992) demonstra que microdetalhes da interação, como a distribuição de olhares ou a entoação de um convite à resposta, podem reproduzir ou desafiar hierarquias sociais e raciais. Em certos casos, alunos pertencentes a grupos minoritários eram menos chamados pelos professores, não por falta de competência, mas por diferenças de estilo comunicativo interpretadas como desinteresse, assim, a microanálise evidencia como diferenças interacionais localizadas podem refletir desigualdades estruturais, aproximando Erickson das preocupações de Gumperz com as pistas de contextualização e das abordagens críticas posteriores de Heller (2020) e Collins(2020).

A dimensão política da interação é, portanto, inerente à proposta ericksoniana. O detalhe microinteracional é o ponto em que se manifestam as tensões entre o individual e o institucional, o local e o global, “a ecologia da interação é também a ecologia do poder” (Erickson, 1992). A microanálise, ao enfatizar a observação detalhada, o registro audiovisual e a descrição multimodal, oferece um instrumental teórico-metodológico fundamental para a Sociolinguística Interacional pois permite compreender como práticas discursivas locais encarnam valores, ideologias e relações de poder, mantendo o compromisso hymesiano com a perspectiva êmico-etnográfica e a atenção gumperziana à inferência e à contextualização.

A perspectiva microetnográfica proposta por *Erickson*, ao evidenciar como diferenças localizadas de estilo comunicativo podem refletir desigualdades estruturais, encontra continuidade nas reformulações contemporâneas da Sociolinguística Interacional. Pesquisas como as de Heller (2020) ampliam o foco da análise para os efeitos da globalização e das economias neoliberais sobre as práticas de linguagem, mostrando que as formas de falar circulam como recursos simbólicos e econômicos em mercados linguísticos desiguais (Bourdieu, 1991). A interação, nesse contexto, é vista não apenas como espaço de negociação de sentidos, mas também como arena de disputas por legitimidade comunicativa, nas quais certos modos de falar são valorizados enquanto outros são marginalizados.

Seguindo essa trilha, Collins (2005) e Slembrouck (2009), propõem uma ampliação escalar da análise interacional ao introduzir os conceitos de indexicalidade, escala e cronotopo. Esses autores articulam a microanálise goffmaniana às dimensões históricas e globais dos usos linguísticos, demonstrando que os significados emergem em múltiplos níveis, do local ao transnacional, e que toda interação projeta, simultaneamente, tempos e espaços sociais. As pistas de contextualização, antes pensadas apenas como sinais situacionais, passam a ser entendidas também como pistas de escala, capazes de reindexar

identidades e papéis em contextos institucionais, midiáticos e migratórios. Assim, a SI reafirma sua natureza interdisciplinar ao conectar as minúcias da interação face a face às macroestruturas políticas e econômicas que a atravessam, permitindo compreender como as práticas discursivas locais se inscrevem em regimes de circulação global de sentidos, valores e ideologias.

Nesse quadro, a Sociolinguística Interacional define-se tanto por seu arcabouço teórico quanto por uma prática investigativa que concretiza seus princípios na observação rigorosa de interações autênticas. Como observa Fabrício (2020), trata-se de um campo interdisciplinar cuja força reside na articulação entre teoria e método, combinando atenção ao detalhe microinteracional com a compreensão das estruturas sociais mais amplas que permeiam o discurso.

A base metodológica da SI é tributária da etnografia da comunicação de Hymes, das formulações inferenciais de Gumperz, da noção de ordem interacional de Goffman e da microanálise etnográfica de Erickson. Esses referenciais sustentam uma abordagem ancorada e teoricamente interpretativa, que compreende o evento comunicativo como unidade de análise fundamental, entendido como sistema de atividades coordenadas, socialmente reconhecíveis e culturalmente reguladas. O objeto da análise interacional não é a língua como sistema, mas a ação comunicativa situada, em que se articulam forma, função e contexto.

A SI privilegia eventos comunicativos naturais como fonte empírica, isto é, episódios de fala que ocorrem em contextos autênticos, cotidianos, institucionais ou mediados por tecnologias, nos quais as identidades e as normas de participação são continuamente (re)configuradas. A unidade de análise, portanto, não é o enunciado isolado, mas o episódio interacional, entendido como trecho coeso no qual os participantes constroem e interpretam “o que está acontecendo aqui” (Hymes, 1974). Essa perspectiva processual dialoga com o princípio bakhtiniano da responsividade (Bakhtin, 1979), segundo o qual cada ato de fala se ancora no anterior e projeta o subsequente, constituindo uma cadeia dinâmica de ação e reação socialmente situada.

A coleta e o registro de dados seguem a exigência de preservar a multimodalidade da interação. O uso de gravações audiovisuais é imprescindível, pois permite observar a integração entre fala, entoação, ritmo, gestos, olhares, posturas e organização espacial, elementos que compõem o conjunto das pistas de contextualização. Essas pistas metapragmáticas orientam os interlocutores quanto ao enquadre da situação, às intenções comunicativas e às relações de poder em jogo. Assim, cada detalhe, uma pausa, um sorriso, um movimento corporal, uma mudança de tom, é potencialmente revelador de operações

inferenciais e de processos de indexicalização social.

A fala pública e institucional, particularmente aquela em que coexistem planejamento e improviso, constitui terreno privilegiado para a aplicação dos princípios interacionais. Nesses contextos, a relativa liberdade temática e a necessidade de responder em tempo real evidenciam a natureza responsiva e performativa da linguagem, oferecendo condições ideais para observar a emergência de enquadres, disputas interpretativas e performances identitárias. Esse tipo de situação comunicativa permite visualizar, de maneira clara, a tensão entre controle discursivo e contingência interacional, espaço em que se manifestam estratégias de negociação de sentido e de manejo da face.

A transcrição dos dados é procedimento analítico que reconstrói a temporalidade e a textura multimodal da interação. Seguindo convenções desenvolvidas por Gumperz (1982) e Erickson (1992), a transcrição ampliada inclui pausas, sobreposições, prolongamentos, risos, variações melódicas e gestos, compondo uma escrita que torna visível a arquitetura sequencial do discurso. Ao afirmar que “a fala é inseparável de seu ambiente temporal e corporal” (Erickson, 1992, p. 6), o autor destaca que o registro deve possibilitar ao leitor apreender, com precisão, o ritmo, a cadência e a copresença que estruturam o evento comunicativo.

O tratamento interpretativo fundamenta-se na articulação entre análise sequencial e análise metapragmática. A primeira examina o encadeamento de turnos e o modo como os interlocutores organizam a progressão temática e a gestão da interação. A segunda identifica marcas reflexivas e inferenciais que sinalizam como a comunicação é enquadrada: risos, pausas, reformulações, desvios prosódicos, olhares e mudanças de *footing* (Goffman, 1981; Gumperz, 1982). Essa combinação analítica permite reconstruir os processos de significação em curso, revelando a dimensão indexical do discurso e as relações entre forma, intenção e contexto.

A articulação entre níveis micro e macro de análise constitui um dos princípios centrais da metodologia interacional. Os microdetalhes da interação, escolhas lexicais, gestos, pausas ou entoações, são tomados como manifestações de processos sociais mais amplos, vinculados a ideologias linguísticas, normas institucionais e hierarquias de poder (Heller, 2011; Collins; Slembrouck, 2009). A noção de ordens indexicais (Silverstein, 2003) expressa essa relação entre o evento local e as macroestruturas que o enquadram, permitindo compreender como práticas discursivas particulares refletem e reconfiguram valores sociais e simbólicos.

A validade interpretativa é assegurada pela triangulação de indícios de natureza distinta, verbais, prosódicos e gestuais, e pela coerência das inferências em relação ao

conjunto do corpus. A transparência metodológica exige a explicitação das convenções e decisões analíticas, garantindo a auditabilidade do processo. No plano ético, a SI pauta-se pelo uso responsável de materiais de domínio público e pela preservação do caráter comunicativo das falas analisadas, abstendo-se de leituras moralizantes ou personalistas.

Em síntese, os fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Interacional consolidam uma perspectiva que privilegia a linguagem em estado de acontecimento; isto é, o momento em que o discurso é, simultaneamente, ação, interpretação e negociação. Ao enfatizar a multimodalidade, a responsividade e a indexicalidade da fala, a SI oferece instrumentos para compreender a linguagem como prática social complexa, na qual o sentido emerge de forma processual e situada, revelando as interseções entre o microcosmo interacional e as ordens discursivas que o estruturam.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo apresenta o percurso metodológico adotado na pesquisa, explicitando as etapas de constituição do corpus, os critérios de seleção do material, os procedimentos de registro e transcrição e as estratégias analíticas mobilizadas. Inicialmente, delinea-se o enquadramento da investigação, ancorada em uma abordagem quali-quantitativa alinhada à Sociolinguística Interacional (SI). Na sequência, descreve-se a composição do corpus e justifica-se o recorte analítico, centrado em um segmento específico do debate presidencial de 2022. Em seguida, detalham-se os procedimentos de registro audiovisual, a transcrição orientada pelos princípios de Gumperz (1982) e Erickson (1992) e pelas convenções do Modelo Jefferson, bem como as etapas de análise sequencial e metapragmática que articulam dimensões qualitativas e quantitativas. Por fim, apresentam-se os critérios de validade interpretativa e as considerações éticas que orientam o estudo. Dessa forma, o capítulo traduz os fundamentos teóricos discutidos anteriormente em procedimentos de observação e análise voltados à descrição dos mecanismos interacionais e sociocomunicativos presentes no corpus.

4.1 Natureza da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa e de caráter descritivo, desenvolvida sob o paradigma interpretativista e fundamentada nos princípios da Sociolinguística Interacional (SI). O foco recai sobre a forma como os participantes do debate presidencial de 2022 mobilizam recursos linguísticos e contextuais para construir alinhamentos, enquadres e formas de coordenação interacional em um contexto de comunicação mediada pela mídia televisiva.

Segundo Gil (2002), pesquisas descritivas têm por finalidade apresentar características de uma população ou fenômeno e, quando possível, estabelecer relações entre variáveis. Em consonância com essa perspectiva, o presente estudo descreve e interpreta fenômenos linguístico-interacionais, observando de que maneira se manifestam e se articulam nas práticas comunicativas de um evento institucional televisionado.

A dimensão qualitativa sustenta a interpretação dos processos de compreensão e negociação de sentido (Goffman, 2004), privilegiando a observação de como os participantes ajustam *footings*, orientam inferências e constroem coerência local ao longo do intercâmbio comunicativo. A dimensão quantitativa, complementarmente, apoia-se em procedimentos

descritivos como contagem e categorização de ocorrências, interrupções, turnos e marcadores de alinhamento, com o objetivo de sistematizar padrões observáveis de comportamento interacional (Minayo; Sanches, 2009). Essas duas perspectivas, ao dialogarem entre si, permitem captar tanto regularidades quanto contingências próprias do uso linguístico no contexto do debate.

A investigação ancora-se, assim, em uma abordagem quali-quantitativa de base interpretativa, que articula precisão descritiva com observação contextual e sequencial das interações. Essa orientação metodológica assegura coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos formulados e os procedimentos analíticos adotados, mantendo o foco na linguagem como ação social situada e na interação como *locus* de produção de significados compartilhados.

4.2 Corpus e contexto de análise

O *corpus* desta pesquisa corresponde ao primeiro bloco do debate presidencial televisionado por uma rede de TV aberta, realizado em 29 de setembro de 2022, na véspera do primeiro turno das eleições. Esse segmento foi selecionado por reunir condições de interação mais abertas e menos tematicamente dirigidas, o que favorece a observação de processos espontâneos de negociação de sentido, manejo de turnos e organização de enquadres interacionais. Diferentemente dos blocos seguintes, nos quais os temas são previamente sorteados e as falas tendem a seguir formatos mais rígidos, o primeiro bloco distingue-se pela liberdade temática e pela maior autonomia dos participantes para formular perguntas, réplicas e apartes.

Neste estudo, o debate é concebido como um evento comunicativo institucionalizado, regido por regras explícitas de tempo, ordem de fala e condução temática, mas atravessado por contingências que o aproximam de interações espontâneas. A coexistência entre formalidade normativa e improvisação situacional torna esse tipo de evento particularmente produtivo para análises sociolinguísticas, pois permite observar de que modo os participantes negociam significados e ajustam seus papéis dentro de um quadro regulado.

As regras de funcionamento do debate delimitam a forma e a duração de perguntas, respostas, réplicas e tréplicas, além de definir o papel do mediador como guardião do enquadre institucional (Goffman, 1974). Contudo, essas mesmas regras não eliminam a possibilidade de momentos de ruptura e reorganização da interação, como interrupções, sobreposições, reformulações ou disputas de turno, que evidenciam o caráter dinâmico e

contingente da atividade de fala.

Nesse contexto, o enquadre e o *footing*, constituem instrumentos analíticos utilizados para compreender como os interlocutores ajustam seus alinhamentos, oscilam entre posturas cooperativas e competitivas e negociam o controle simbólico da cena comunicativa. Mudanças sutis de *footing* como quando um candidato desloca o foco do mediador para o público televisivo, ou quando alterna entre um tom combativo e um tom conciliador sinalizam reconfigurações de papel interacional e projetam identidades políticas distintas. O caráter midiaticizado do evento acrescenta uma dimensão metodologicamente relevante, uma vez que os participantes se comunicam simultaneamente com interlocutores múltiplos, outros candidatos, o mediador, o público presente e a audiência televisiva. Essa configuração corresponde ao que Goffman (1981) denomina situação de participação projetada, tornando o debate um espaço de fala pública regulada e ritualizada, mas permeada por improvisações que revelam processos interacionais genuínos. Trata-se, portanto, de um contexto híbrido, no qual o controle institucional coexiste com a contingência própria da conversação face a face.

Participam do segmento analisado os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL) e Ciro Gomes (PDT), identificados nesta pesquisa como C1, C2 e C3, respectivamente. A adoção dessa codificação tem finalidade estritamente analítica, busca-se reduzir a personalização e o peso ideológico-político que seus nomes carregam no debate público, focalizando a investigação nos fenômenos linguístico-interacionais em vez das figuras sociais que os enunciam. Assim, a nomeação C1, C2 e C3 não deriva de juízo de valor ou de posicionamento político, mas constitui um recurso metodológico para enfatizar que o objeto do estudo reside na materialidade da interação, nos turnos, alinhamentos, enquadres e pista mobilizadas ao longo do debate.

A seleção dessas interações decorre de sua relevância comunicativa, da intensidade interacional e da diversidade de estratégias discursivas empregadas, como interrupções, pausas avaliativas, reformulações e gestos que configuram pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982). Tais pistas, prosódicas, gestuais ou lexicais, operam como sinais interpretativos que orientam a compreensão mútua e permitem reconstruir as inferências e os enquadres acionados no desenrolar da atividade de fala.

O evento comunicativo inclui ainda a presença do mediador (M), responsável pela regulação dos turnos, e de outros candidatos, cujas reações sonoras, aplausos, risos e murmúrios integram o ambiente interacional e são aqui referidos como CE (candidatos extras). Embora o foco analítico recaia sobre as trocas entre C1, C2 e C3, as falas do mediador e as manifestações do público são tratadas como pistas contextuais relevantes, pois

participam da sinalização de enquadres e da delimitação dos limites de cada episódio interacional.

4.3 Etapas da pesquisa

O material que compõe esta pesquisa deriva do primeiro bloco do debate presidencial exibido por uma emissora de TV aberta, para assegurar fidelidade às condições originais de produção, utilizou-se a gravação integral disponibilizada no site da emissora, mantendo-se áudio e imagem intactos, sem qualquer intervenção editorial. O arquivo foi baixado em formato .mp4, o que possibilitou melhor qualidade acústica para os procedimentos de escuta analítica e transcrição. Após o *download*, o conjunto de arquivos foi sistematicamente identificado e organizado em diretórios específicos, com cópias adicionais armazenadas em nuvem, garantindo segurança, rastreabilidade e preservação dos dados ao longo de toda a etapa metodológica.

A etapa de transcrição iniciou-se com o uso do aplicativo *TurboScribe Transcription*, selecionado por sua capacidade de reconhecimento automático de fala em português e pela possibilidade de exportação do texto com carimbos temporais e identificação preliminar de falantes. Nessa fase, o aplicativo foi configurado para gerar um rascunho textual contendo o tempo exato de início e término de cada fala, além de rótulos provisórios de diarização, isto é, a separação automática de diferentes vozes. O resultado dessa transcrição automática foi exportado em três formatos (.docx, .srt e .csv), permitindo tanto a leitura contínua quanto o controle temporal e a checagem de consistência entre áudio e vídeo.

Conforme prevê a metodologia da Sociolinguística Interacional (SI), a transcrição automática não é considerada suficiente para análise, pois representa apenas uma primeira camada textual. A partir desse rascunho, foi conduzida uma escuta analítica completa do material, realizada em duas passagens integrais, a primeira em velocidade normal (1,0x) e a segunda em velocidade reduzida (0,75x), com o uso de fones de referência, a fim de identificar detalhes sonoros sutis, como pausas curtas, elevações entoacionais e sobreposições de fala. Durante essa revisão, todas as falas foram conferidas, e as seguintes operações foram realizadas:

- a) correção ortográfica e padronização de nomes próprios, siglas e topônimos;
- b) substituição das etiquetas automáticas de diarização por rótulos consistentes (C1, C2, C3, M e CE);
- c) ajuste das quebras de fala para coincidirem com o início e o fim de cada turno

interacional;

- d) substituição da pontuação automática por indicações mais adequadas à prosódia real da fala, conforme o ritmo e a entoação observados no vídeo.

Concluída a correção textual, iniciou-se a fase de inserção das convenções multimodais, etapa que transforma o texto verbal em transcrição interacional ampliada. Foram aplicadas as convenções inspiradas em Gumperz (1982), Jefferson (2004) e Erickson (1992), de modo a preservar o caráter multimodal da interação. Passaram a ser indicadas, portanto, pausas e seus tempos aproximados, alongamentos vocálicos, variações entoacionais, ênfases lexicais, sons não verbais e gestos significativos que participam da construção conjunta de sentido.

O Modelo Jefferson de Transcrição (MJT), originalmente desenvolvido por Gail Jefferson no contexto da Análise da Conversa Etnometodológica, serviu como referência para a representação sistemática dos detalhes temporais e prosódicos da fala. Embora a Sociolinguística Interacional não adote o MJT de forma integral, suas convenções contribuem para a visualização de fenômenos rítmicos e sobreposições de fala, permitindo observar como os participantes se coordenam no fluxo conversacional (Loder, 2008).

Na presente pesquisa, a transcrição não se limita à reprodução literal da fala; ela constitui uma etapa interpretativa orientada pelas pistas de contextualização e pela compreensão de que a fala depende de seu ambiente temporal e corporal (ERICKSON, 1992). As convenções adotadas registram a linearidade verbal e a multimodalidade da interação, integrando marcas prosódicas, gestuais e corporais necessárias à análise. O Quadro 1 apresenta essas convenções e indica como elas aparecem na transcrição:

Quadro 1: Convenções de Transcrição adotadas

Símbolo / Marcação	Descrição funcional	Exemplo ilustrativo (extraído do corpus)
(.) / (..) / (1.0)	Pausas curtas (.), médias (..), e longas (tempo em segundos).	C1: Eu acho (.) que o senhor deveria (1.0) repensar isso.
↑ / ↓	Elevação (↑) ou queda (↓) de entoação.	C3: Isso é inaceitável (↑)!
:	Alongamento vocálico ou consonantal.	C2: Ééé claro que não.
MAIÚSCULAS	Ênfase lexical ou intensificação prosódica.	C1: Isso é MENTIRA.
// e \	Sobreposição de vozes entre falantes.	C1: Eu não// C2: Deixa eu terminar! \
[]	Sons ou reações não verbais.	[risos], [suspiro], [aplausos]

(())	Gestos, olhares ou movimentos corporais relevantes.	((olha para a câmera)), ((gesticula com a mão))
⇒ELEITOR	Endereçamento direto ao público televisivo.	C2: Você ⇒ELEITOR precisa saber a verdade.
<meta: ...>	Comentário metacomunicativo do analista, quando necessário para leitura contextual.	<meta: breve disputa de turno; C2 busca ancorar autoridade mirando a câmera.>

Fonte: elaboração própria com base nos modelos Gumperz (1982), Erickson (1992), Jefferson (2004).

As convenções apresentadas articulam o detalhamento temporal do Modelo Jefferson (2004) com a atenção multimodal descrita por Gumperz (1982) e Erickson (1992). A adoção desse modelo híbrido busca equilibrar precisão formal e relevância interpretativa, permitindo que a transcrição evidencie as pistas de contextualização que orientam a compreensão mútua sem comprometer a legibilidade do corpus.

A combinação entre transcrição ampliada e codificação sistemática fortalece a validade interpretativa do estudo, ao possibilitar que a análise subsequente articule uma observação qualitativa da compreensão situada das trocas de fala com uma dimensão quantitativa descritiva capaz de sistematizar padrões recorrentes do comportamento interacional. Assim, o processo de transcrição e registro cumpre um dos princípios centrais da Sociolinguística Interacional que é tornar visível como o social se realiza na linguagem, momento a momento, em contexto.

4.4 Categorias analíticas e variáveis observadas

A análise do *corpus* fundamenta-se em quatro categorias principais: pistas de contextualização, enquadre, footing e indexicalidade. A primeira, as pistas de contextualização (Gumperz, 1982), refere-se aos sinais linguísticos, prosódicos, gestuais e discursivos que orientam os interlocutores sobre como interpretar o que está sendo dito. São marcas socialmente convencionadas que funcionam como índices do enquadre comunicativo, permitindo inferir intenções, emoções e relações de poder situadas.

No *corpus*, essas pistas foram agrupadas em quatro tipos:

- Prosódicas: variações de entoação, ritmo, pausas e volume, que indicam envolvimento, ênfase ou controle do turno de fala.
- Lexicais: uso de expressões avaliativas, repetições estratégicas, marcadores conversacionais e fórmulas de tratamento.
- Gestuais: olhares, posturas e movimentos corporais que reforçam alinhamentos,

ironias ou enfrentamentos.

- d) Discursivas: retomadas, reformulações, citações e enquadres metapragmáticos que revelam como o falante interpreta a própria situação comunicativa.

Os resultados da codificação foram organizados em quadros analíticos (ver Apêndice B), nos quais cada ocorrência recebeu registro do participante envolvido, do tipo de pista acionada, do contexto interacional e de uma descrição interpretativa. A partir dessa sistematização, tornou-se possível observar a distribuição e a frequência relativa das pistas de contextualização, bem como identificar padrões de alinhamento, enfrentamento e ruptura interacional. Para fins de transparência metodológica, os exemplos analíticos estão apresentados nos Apêndices A e B, o primeiro reúne as transcrições ampliadas com as convenções multimodais adotadas, o segundo apresenta os quadros analíticos acompanhados dos comentários interpretativos correspondentes.

A etapa seguinte consistiu na interpretação qualitativa dessas ocorrências, orientada pelas noções de enquadre e *footing* (Goffman, 1974). O enquadre define “o que está acontecendo” na interação, enquanto o *footing* indica o alinhamento momentâneo que cada participante adota em relação ao outro, como orador, opositor, mediador ou público. No debate, observam-se mudanças de *footing* quando os candidatos alternam o destinatário de sua fala, como ao deslocar-se de um adversário político para o público televisivo, reconfigurando seus papéis na atividade comunicativa.

Por fim, a análise considerou a indexicalidade proposta por Silverstein, (2003) e Collins (2011), e entendida como o modo pelo qual escolhas linguísticas e paralinguísticas apontam para significados sociais mais amplos. Cada pista de contextualização é tratada, portanto, como um índice de posicionamentos identitários e relações de poder situadas, articulando o nível micro da interação às ordens sociais que a atravessam.

Essa articulação assegura fidelidade aos princípios da Sociolinguística Interacional, evitando leituras ideológicas ou estruturais próprias de outras abordagens discursivas e mantendo o foco na ação comunicativa situada. No capítulo seguinte, essas categorias são aplicadas à análise dos episódios interacionais selecionados.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise que se segue organiza-se em quatro eixos complementares, correspondentes às etapas de interpretação propostas. Primeiramente, caracteriza o debate presidencial como um evento comunicativo institucionalizado, destacando seu enquadramento e as regras que orientam a participação dos interlocutores. Em um segundo momento, examina as estratégias interacionais e as pistas de contextualização presentes nos episódios selecionados, com atenção às marcas prosódicas, lexicais, gestuais e discursivas. Na etapa seguinte, discute os processos de construção identitária e de gestão de face, articulando as noções de *footing* e indexicalidade. Por fim, apresenta a síntese quali-quantitativa dos resultados, na qual identifica recorrências e tendências que evidenciam o funcionamento sociolinguístico do debate.

5.1 O debate presidencial como evento comunicativo institucionalizado

Bakhtin (2000) é referência central para a compreensão do debate como gênero discursivo, pois o autor define os gêneros como tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados por cada esfera da atividade humana. Segundo o teórico, cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos de enunciados, marcados pela regularidade emergente do uso reiterado em contextos semelhantes. Essa estabilidade não corresponde a rigidez, mas à padronização configurada por práticas discursivas recorrentes, ele também enfatiza que os gêneros não se reduzem à forma ou ao tema, uma vez que são indissociáveis das condições de produção e da finalidade comunicativa.

Em outro momento, o autor aprofunda essa concepção ao afirmar que o enunciado reflete as condições específicas e finalidades de cada esfera comunicativa por meio do conteúdo temático, do estilo verbal e da construção composicional, que se articulam em um todo coerente determinado pela situação discursiva (Bakhtin, 1997).

Com base nessas formulações, o debate presidencial pode ser caracterizado como um gênero da esfera político-midiática, dotado de estrutura composicional relativamente estável que inclui introduções, perguntas, respostas, réplicas e tréplicas, e apesar dessa regularidade, o gênero abriga improvisações, disputas interacionais e negociações contínuas de sentido. Essa coexistência entre estabilidade e variação confirma a natureza dialógica da linguagem, pois, mesmo sob normas institucionais, os participantes reinterpretam e atualizam o gênero a cada interação.

Nessa perspectiva, a dimensão composicional articula-se à dimensão relacional do evento, em que a linguagem organiza a estrutura discursiva e também encena papéis sociais situados. As contribuições de Goffman(1981) são fundamentais nesse ponto, uma vez que o autor desloca o foco da forma do discurso para o comportamento interacional dos participantes. Para o autor, as interações face a face são regidas por regras de conduta e pela projeção da face, compreendida como o valor social positivo reivindicado pelo indivíduo no espaço público. A manutenção dessa imagem constitui princípio de ordem e coerência nas relações sociais .

O conceito de *footing*, associado a essa perspectiva, refere-se ao alinhamento adotado pelo falante em relação a si mesmo, aos outros e ao discurso em curso. Tannen e Wallat (2002), ao interpretar Goffman, observam que o *footing* consiste em mudanças no enquadre dos eventos e na forma como o interlocutor se posiciona diante dos demais participantes. No debate presidencial, essas alterações são visíveis quando os candidatos alternam seus destinatários, dirigindo-se ora ao mediador, ora ao oponente, ora ao público televisivo, o que reconfigura continuamente o enquadre comunicativo e as identidades discursivas produzidas.

As regras de participação articulam-se diretamente à dimensão institucional do gênero. O debate é regido por normas explícitas de tempo, ordem e forma de fala, mas sua realização efetiva depende de estratégias microinteracionais que envolvem disputas por turno, sobreposições e interrupções. Nesse ponto, tornam-se relevantes as pistas de contextualização, conceito desenvolvido por Gumperz (1982), que designa os traços linguísticos, prosódicos e gestuais que auxiliam os interlocutores na interpretação da atividade comunicativa em andamento. Segundo o autor:

Consideramos como pressuposto básico que essa canalização de interpretação se realiza por implicaturas conversacionais baseadas em expectativas convencionalizadas de co-ocorrência entre conteúdo e estilo de superfície. Isto significa que é através de constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que a precede ou segue. Tais traços são denominados pistas de contextualização. (Gumperz, 2013, p. 152).

Essas pistas são o eixo interpretativo da Sociolinguística Interacional, pois evidenciam como a compreensão é construída de modo cooperativo e situado. A interpretação do sentido depende da inferência contextual e da intencionalidade comunicativa, o que Leite (2011) sintetiza ao afirmar que:

[...] interpretar sentido é interpretar intencionalidade, dado o caráter intencional

de uma atividade de fala segundo algum propósito comunicativo. A natureza dinâmica e a intencionalidade da interação são, portanto, dois pontos fundamentais na teoria da Sociolinguística Interacional (Leite, 2011, p. 38).

Além disso, os princípios da alternância de fala descritos por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) são essenciais para compreender a estrutura conversacional do debate. A fala pública mediada por tempo cronometrado requer a integração entre modos verbal e não verbal, ao destacar que esses componentes formam um sistema unificado de organização da interação.

No conjunto das interações analisadas, o debate presidencial manifesta-se como um gênero discursivo institucional e midiaticizado cuja estrutura formal não impede, mas viabiliza a emergência de improvisações, disputas e performances identitárias. As falas observadas evidenciam que os participantes mobilizam as normas e os papéis previstos pelo formato televisivo para projetar *ethos* políticos, negociar legitimidade e redefinir enquadres de participação.

A linguagem, nesse contexto, atua como instrumento de persuasão e como meio pelo qual se regula a interação e se disputa autoridade simbólica. O uso de recursos prosódicos, gestuais e lexicais demonstra que os participantes manejam as regras institucionais como parte de suas estratégias de posicionamento. Dessa forma, o debate é entendido como um espaço de ação social em que poder e identidade são performados a cada turno de fala.

5.2 Análise microintencional – Episódio 1

O primeiro episódio analisado corresponde à abertura do debate, momento em que C3, sorteado para iniciar as perguntas, dirige-se diretamente a C1. O enquadre inicial da interação apresenta-se como formal e institucional, em conformidade com as regras do gênero; contudo, observa-se uma rápida transição para um registro de confronto e disputa argumentativa, configurando o caráter híbrido e performativo desse tipo de evento comunicativo.

O excerto a seguir foi selecionado por apresentar elevada densidade de pistas de contextualização, distribuídas entre os níveis prosódico, gestual e lexical, as quais orientam a interpretação da audiência e evidenciam os processos de negociação de sentido, realinhamento de *footing* e construção de *ethos* político que estruturam o embate entre os participantes.

Excerto 1: Abertura e estabelecimento do enquadre

C3: ((ajusta o microfone; olhar fixo)) Eu desejo perguntar ao presidente Lula. (...) Presidente, como é que o

senhor explica que, depois de quatorze anos de governo, os cinco brasileiros mais ricos acumulassem o que possuem os cem milhões mais pobres? (...) É isso que o senhor deseja repetir, se tiver a aventura de presidir novamente o Brasil?

A fala de C3 inaugura o turno com o vocativo formal “Presidente”, seguido de entoação descendente (↓), que atua como pista de respeito institucional e ratifica o enquadre de formalidade esperado pelo gênero. Essa escolha lexical, que remete ao protocolo de tratamento cerimonioso, indexa um reconhecimento público da posição de C1, ainda que esta seja simultaneamente tensionada. Ao optar por esse formato de endereçamento, C3 se posiciona dentro das convenções de cortesia política, mas apenas como estratégia de superfície, pois o enunciado subsequente introduz uma inflexão crítica.

Logo em seguida, a expressão “aventura de presidir novamente o Brasil” rompe o equilíbrio da formalidade e introduz uma pista de contextualização lexical avaliativa, caracterizada por ironia e moralização. O termo “aventura”, semanticamente associado à imprudência e ao risco, atua como índice de desacreditação pragmática (Silverstein, 2003), pois reconfigura o ato de governar não como competência política, mas como ato temerário. Nesse sentido, a enunciação constrói uma dupla orientação interacional, por um lado, preserva o formato institucional exigido pelo gênero; por outro, aciona uma força elocutória destabilizadora, típica da retórica de ataque indireto.

Conforme explica Gumperz (2013, p. 152), “é através de constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo”, aqui, a constelação é composta por prosódia descendente, vocativo respeitoso, marcador avaliativo (“aventura”) e gesto de abertura de mãos, os quais, em conjunto, sinalizam um enquadramento entre cortesia e provocação. O público infere, a partir dessas pistas, que o enunciado não é puramente informativo, mas performativo, o candidato constrói-se como fiscal moral do adversário, em um movimento de *rekeying*, ou seja, uma mudança de enquadre sem alteração temática (Tannen; Wallat, 1987).

Essa ambivalência revela uma operação sofisticada de controle discursivo, C3 projeta-se como sujeito racional e moralmente autorizado a julgar, e simultaneamente desafia o *ethos* de autoridade do interlocutor. A ironia aqui é um mecanismo de gestão de face (Goffman, 1974), no qual a ameaça é suavizada pela aparência de deferência. A estratégia de “ataque sob cortesia” permite manter o tom institucional, exigência do gênero, ao mesmo tempo que ativa uma dinâmica de enfrentamento simbólico, onde o sentido emerge não da literalidade, mas da inferência contextualizada (Gumperz, 1982).

A articulação entre a cortesia formal e o conteúdo avaliativo negativo exemplifica a lógica interacional descrita por Erickson (1992) a comunicação é simultaneamente colaborativa e competitiva, e o sucesso interpretativo depende do reconhecimento das pistas que situam a fala dentro de um campo moral partilhado.

A partir desse ponto, a interação sofre uma inflexão pragmática, o enquadre de ataque moral velado instaurado por C3 é reconfigurado por C1, que recusa o papel de acusado e reconstrói a atividade discursiva em curso. O que estava enquadrado como “pergunta-resposta” estrutura esperada no gênero debate, transforma-se em metacomunicação sobre a forma da pergunta, deslocando o foco do conteúdo para o modo de interação. Essa mudança sinaliza uma operação de *footing*, na qual C1 altera sua posição de participante ao deixar de ser o alvo do questionamento e passar a atuar como avaliador da conduta discursiva do interlocutor. A sequência seguinte (“você poderia perguntar...”) inaugura, assim, um novo regime de alinhamento, caracterizado pela didatização da resposta e pela projeção de um *ethos* de autoridade pedagógica, em que o orador se posiciona como aquele que detém o controle epistêmico e normativo da interação.

Excerto 2: Reenquadramento e inversão de papéis

C1: Ô, Ciro (.), ((inclina a cabeça; tom calmo)) você poderia começar a fazer essa pergunta de outra forma (↓). Você poderia perguntar como é que nós geramos vinte e dois milhões de empregos. Você poderia perguntar como é que nós aumentamos o salário mínimo (...).

No Excerto 2, o movimento interacional de C1 opera como um contra-ataque sutil, que não recorre ao embate direto, mas à redefinição metacomunicativa da atividade discursiva. Ao afirmar repetidamente “você poderia perguntar”, C1 não responde ao conteúdo da crítica, e sim ao modo de enunciação do interlocutor, instaurando uma mudança de *footing* (Goffman, 1981) que o reposiciona como orientador da interação. Essa reconfiguração de papéis transforma o debate em uma espécie de aula pública, na qual o orador assume o papel de “professor” do oponente, um movimento de didatização do confronto, sustentado pela prosódia calma, pela cadência rítmica da repetição e pelo controle gestual.

A interação modal (“você poderia”) funciona como pista de contextualização prosódico-lexical, uma marca recorrente que sinaliza paciência, autoridade e superioridade. Segundo Gumperz (1982, p. 131), “a inferência conversacional depende do reconhecimento de estilo e tom”; logo, a forma reiterada e serena de C1 é interpretada não como submissão, mas como gesto de domínio interacional, uma ironia disfarçada de cortesia. O candidato faz parecer que está colaborando com o adversário, quando, na verdade, o está corrigindo

publicamente.

Essa tática configura o que Erickson (1992) denomina reposição ecológica de poder, a reorganização do ambiente interacional por meio de comportamentos sutis, não coercitivos, que restabelecem o controle simbólico da situação, C1, ao “ensinar” como o outro deveria formular a pergunta, desloca o eixo da interação de uma disputa de argumentos para uma demonstração de competência pragmática.

No plano da performance política, essa movimentação sustenta a projeção de um *ethos* pedagógico e paternalista, coerente com o estilo discursivo de C1, frequentemente associado à figura do líder experiente que “sabe mais” e “corrige com calma”. A alternância prosódica (↑↓) reforça essa teatralidade discursiva, marcando o tom didático que aproxima o candidato do público sem abdicar da autoridade. Nesse enquadre, o “ensinamento” é simultaneamente uma afirmação de poder simbólico e um mecanismo de *face-work* (Goffman, 1955), pois preserva a imagem de serenidade do falante enquanto ameaça indiretamente a face do oponente ao sugerir que este não sabe perguntar.

Essa inversão ilustra com precisão a concepção de Goffman (1981, p. 151), para quem “a mudança de *footing* implica uma mudança na posição do falante em relação a si, aos outros e ao evento de fala em curso”. C1, ao reestruturar o enquadre, desloca a arena da acusação para o campo da demonstração de competência comunicativa, um gesto de força que reforça sua face de autoridade e estabilidade emocional diante do público.

Entretanto, essa tentativa de reposicionar a interação em um *footing* pedagógico não estabiliza a disputa. Ao contrário, C3 reage com intensificação avaliativa e retomada moralizante, contestando o enquadre imposto pelo adversário. No próximo trecho, observa-se o início de uma escalada argumentativa, em que o embate passa a incorporar julgamentos éticos e disputas de legitimidade histórica, revelando o caráter eminentemente performativo e moral da construção de sentido no debate.

Excerto 3: Intensificação avaliativa e disputa moral

C3: Eu participei do governo (.) e me afastei justamente pelas contradições morais (↓). (...) Gerou a tragédia do Bolsonaro (↑). C1: Ciro (.), tô achando você nervoso (↑)... tô achando você nervoso (↓).

C3 transforma o enquadre cognitivo da conversa, centrado em políticas econômicas, em um enquadre ético, reposicionando o debate no eixo da integridade e da culpa. Essa mudança, de natureza metapragmática, constitui uma pista de contextualização lexical e discursiva, pois orienta o público sobre como a fala deve ser interpretada. Gumperz (1982) explica que a interpretação dos sentidos depende do reconhecimento dos estilos e tons usados na enunciação

as pistas de contextualização são sinais inferenciais que guiam o ouvinte na identificação da atividade comunicativa em curso. Aqui, o tom descendente (↓), a escolha de termos absolutos (“contradições graves”, “tragédia”, “falsear o tempo”) e os gestos em pinça e apontamento compõem um conjunto multimodal que sinaliza um enquadramento de julgamento.

Essa operação discursiva é, em termos de Goffman (1974), uma laminação de enquadres, o candidato não abandona o papel político, mas o sobrepõe ao papel de avaliador ético, acumulando autoridade interpretativa. O efeito pragmático é o de deslegitimar o *ethos* do oponente, redefinindo-o como agente de corrupção e declínio. Segundo Charaudeau (2008, p. 45), “o discurso político se estrutura pela dramatização das relações de poder, fazendo da oposição um espelho negativo da própria identidade”. Assim, C3 constrói seu próprio *ethos* como o do político coerente e moralmente íntegro, que “resistiu” à contaminação do sistema.

Ao associar o passado do adversário à “tragédia” do presente, o falante realiza uma forma de indexicalidade ideológica, sua fala aponta para uma ordem moral subjacente, em que o destino da nação é interpretado como reflexo das escolhas éticas de seus líderes.

C1, ao retomar o turno com a fala “Ciro, eu tô achando você nervoso”, responde não com contra-argumento, mas com ironia fática, rebaixando o tom e insinuando descontrole emocional no interlocutor. A prosódia ascendente e a repetição jocosa funcionam, aqui, como pistas de contextualização paralinguísticas, reinterpretando a acusação moral como histeria. Segundo Erickson (1992), a ironia pode servir como “estratégia ecológica de descompressão”, uma forma de restaurar a hierarquia interacional sem recorrer ao conflito explícito. O candidato, ao dizer “nervoso”, desloca o eixo do debate novamente, o foco sai do conteúdo ético e recai sobre o desempenho comunicativo do outro.

Essa manobra confirma a noção goffmaniana de *face-work* (Goffman, 1974), a fala de C1 visa preservar sua própria face positiva (serenidade, racionalidade) enquanto ameaça a face do oponente (competência emocional). A disputa passa, então, a operar simultaneamente em dois níveis, o proposicional (o que se diz) e o performativo (como se diz). Bakhtin (2000, p. 320) já advertia que “todo enunciado é um ato responsivo”, e é justamente nesse plano responsivo que se dá o jogo de poder discursivo, cada réplica é menos uma resposta e mais uma redefinição do lugar de fala.

Excerto 4: Reafirmação de *ethos* e ruptura de enquadre

C1: A verdade é nua e crua: você saiu do governo pra ser candidato a deputado federal, contra a minha vontade (↓). A segunda verdade (↓): você viveu [...] o momento de maior conquista social da nossa história (↓). Deixa! Deixa eu lhe falar uma coisa, Ciro (↓). As pessoas puderam comprar televisão nova, geladeira nova, carro novo (...) A verdade nua e crua é que eu tive o prazer de governar o país [...] o melhor momento (↓).

O uso reiterado da expressão “a verdade é nua e crua” constitui um marcador metapragmático que opera simultaneamente como pista de contextualização e índice de autoridade. A autorreferência ao próprio ato de fala (anunciar que se dirá “a verdade”) reconfigura a relação entre falante, conteúdo e audiência, o enunciador passa a assumir a posição de porta-voz da verdade pública, deslocando a interação para o plano da enunciação performativa. Silverstein (2003) descreve esse fenômeno como indexicalidade de autenticidade, quando certos recursos linguísticos, como o tom assertivo, o léxico de certeza e os gestos enfáticos, funcionam como sinais de credibilidade e poder epistêmico.

A expressão “verdade nua e crua” é, assim, menos um conteúdo proposicional do que um ato de enquadramento, anuncia-se o tipo de atividade discursiva que se seguirá (a revelação), convocando o público a interpretar o enunciado não como opinião, mas como constatação. Tal mecanismo se alinha ao que Gumperz (1982, p. 152) define como pistas de contextualização, por meio das quais “os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo e como o conteúdo semântico deve ser entendido”. Nesse caso, a prosódia descendente e o gesto de apontar reforçam a inscrição corporal da autoridade, ativando um enquadre de verdade incontestável.

Ao alternar a enumeração de indicadores macroeconômicos (“fluxo de exportação”, “reservas internacionais”) com imagens cotidianas e altamente indexadas à experiência popular (“televisão nova”, “picanha”, “aeroporto virando rodoviária”), C1 realiza uma mudança de código metafórica (*hinmetaphorical code-switching*) (Gumperz, 1996). Esse trânsito entre registros técnico e popular-afetivo reconfigura o público-alvo discursivo, passando do interlocutor imediato (o adversário) ao destinatário coletivo (o eleitor). Bakhtin (2000, p. 301) observa que cada esfera de circulação “reacentua o enunciado segundo suas próprias finalidades sociais”; aqui, a reacentuação se manifesta na transposição do discurso de defesa política para um discurso de memória nacional, que reforça o *ethos* de líder do povo.

Trata-se de uma estratégia interacional de dupla função, no plano local, desvia o foco do ataque anterior; no plano macrodiscursivo, reforça a identidade populista ao associar a prosperidade econômica à ascensão popular. Essa mescla de estatísticas e cenas de cotidiano funciona como índice simbólico de pertencimento, que articula política econômica e afetividade social, um exemplo claro do que Heller (2020) chama de “performatividade da identidade através da linguagem”, em que as escolhas lexicais e prosódicas constroem o próprio sujeito político.

O momento de interrupção “Você que botou os dois na sua...” representa, por sua vez,

uma ruptura de enquadre (*frame break*), conforme Goffman (1974). O turno abrupto e a sobreposição vocal rompem a linearidade da interação e explicitam a tensão entre enquadre institucional (mediado) e enquadre conflitivo (face a face). O mediador, ao intervir (“Candidato, por favor”), restaura temporariamente a “ordem interacional” e reconduz a atividade ao gênero debate, que, segundo Bakhtin (1997), é uma forma social de enunciação que simula diálogo enquanto estrutura conflito.

Em termos de *face-work*, essa ruptura é marcante pois C3 busca recuperar sua face ameaçada interrompendo o fluxo narrativo de C1, enquanto o mediador atua como terceiro elemento restaurador da “fachada institucional”. A necessidade de reestabelecimento de enquadre evidencia que o poder discursivo no debate não é fixo, mas constantemente negociado, sustentando a premissa da Sociolinguística Interacional de que o sentido é sempre co-construído na temporalidade da fala (Gumperz, 1982).

Dessa forma, o Excerto 4 sintetiza a dialética entre controle e descontrole que atravessa todo o episódio, o falante projeta domínio retórico, mas o embate de enquadres revela a vulnerabilidade inerente ao discurso público. O resultado é uma cena discursiva em que a verdade é performada, a emoção é controlada e o poder é continuamente reconstruído no ato mesmo da fala.

Assim, a análise microinteracional dos quatro excertos mostra que o primeiro episódio do debate presidencial se configura como um evento discursivo híbrido, em que normas institucionais coexistem com improvisações situacionais e estratégias de disputa por enquadre. Essa tensão entre ordem e contingência, traço constitutivo do gênero político-midiático, manifesta-se na oscilação contínua entre tom cordial e confrontativo, articulada por um sistema de pistas de contextualização que moldam a interpretação da audiência e estruturam a negociação de poder entre os interlocutores.

Do ponto de vista quantitativo (cf. Apêndice B), o episódio apresenta alta densidade de pistas prosódicas (n = 42), lexicais avaliativas (n = 33) e gestuais enfáticos (n = 21), predominando enquadres corretivo (C1) e moralizante (C3). A alternância entre ambos produz uma dinâmica de coenunciação tensa, em que a face e o poder são continuamente negociados.

Como resume Gumperz (1982, p. 30), “a comunicação é um processo social de interpretação recíproca, sustentado por inferências baseadas em convenções partilhadas”, o primeiro episódio demonstra precisamente isso, a disputa política não se resolve no que é dito, mas no modo como o dizer é performado e em como cada detalhe prosódico, lexical ou gestual indexa mundos sociais em confronto.

5.3 Análise microinteracional — Episódio 2

A análise microinteracional desse episódio busca evidenciar como pistas de contextualização prosódicas, lexicais e gestuais estruturam a construção de sentido e orientam a interpretação da audiência. Essas pistas revelam as intenções comunicativas, as relações de poder e os reposicionamentos identitários emergentes na interação. Ao longo do episódio, observam-se sucessivas mudanças de footing (Goffman, 1981), em que C3 alterna entre o papel de economista racional, crítico moral e orador afetivo, modulando sua performance de acordo com o público e os interlocutores em cena.

Dessa forma, a análise que se segue examina os principais excertos do episódio, destacando os movimentos de alternância de código estilístico, os enquadres e as estratégias de construção de face e de *ethos*. Em cada excerto, a atenção recai sobre a maneira como as pistas de contextualização articulam o plano microinteracional da fala à macroestrutura do discurso político, evidenciando que, mais do que debater propostas, os candidatos negociam identidades, legitimidades e pertencimentos diante de uma audiência co-participante.

Excerto 5: "O presidente Lula reclama das mentiras do Bolsonaro, mas faz uma coisa mais hábil..."

C3: ((inclina o corpo levemente à frente; respiração audível)) Certamente, professor (↓). E eu aproveito pra... (.) O presidente ((inclina levemente o corpo e as mãos em direção ao C1)) reclama das mentiras do Bolsonaro, mas faz uma coisa mais hábil ((ênfatisa com as mãos)) do que o Bolsonaro (↑). Nisso, ele é campeão, ninguém tira esse valor dele (.). Então, ele pega um pedaço do governo em que teve uma onda de bonança no estrangeiro e produz esses números e tal (.). Mas os números que eu trouxe aqui (↓) são todos oficiais (↓). Foi um desastre completo.

O excerto inicial do turno de C3 inaugura uma mudança de footing (Goffman, 1981) que desloca o enquadre da interação. O candidato inicia em um registro de respeito e deferência “Certamente, professor”, o que sugere alinhamento cooperativo, mas logo a seguir reposiciona-se em *footing* avaliativo e acusatório com o uso do conectivo adversativo “mas”. Essa alternância de papéis, de interlocutor respeitoso para julgador moral, caracteriza o que Tannen e Wallat (1987) denominam *rekeying*, a reconfiguração momentânea da moldura interacional por meio de sinais discursivos e paralinguísticos.

Do ponto de vista prosódico, observa-se a entoação descendente (↓) no início da fala, que indica postura controlada e institucional, seguida por elevação tonal (↑) em “mais hábil”, o que funciona como pista de ironia e distanciamento avaliativo. Essa flutuação rítmica entre ↓ e ↑ materializa a oscilação estratégica entre cortesia e crítica, uma constelação de pistas de contextualização no sentido proposto por Gumperz (1982, p. 152), em que “traços na

superfície da fala sinalizam a atividade em curso e guiam a interpretação do ouvinte”. Assim, a ironia, a pausa e o gesto de ênfase tornam-se sinais de enquadre, orientando o público a ler a fala como acusação disfarçada de cordialidade.

A gestualidade desempenha papel central nesse processo, o movimento de inclinar o corpo à frente e de estender as mãos em direção ao interlocutor projeta pistas paralinguísticas de enfrentamento controlado (Erickson, 1992), sustentando o *ethos* do debatedor técnico que confronta com serenidade. O contraste entre a fórmula “professor” e a ironia “campeão nisso” cria um efeito de duplicidade enunciativa (Bakhtin, 2003), em que a voz do falante contém simultaneamente deferência e desqualificação, um diálogo polifônico em que o elogio é, na verdade, uma crítica mascarada.

As expressões “bonança no estrangeiro” e “números oficiais” operam como recursos de legitimação técnica, mas o qualificativo “desastre” atua como índice de juízo de valor, transformando o dado econômico em acusação ética. Tal movimento ilustra o que Silverstein (2003) chama de indexicalidade de segundo nível, quando uma forma linguística remete a posições ideológicas e valores sociais, e não apenas a fatos empíricos.

O resultado é uma performance híbrida, simultaneamente tecnocrática e moralizante, que traduz a própria natureza do debate presidencial como gênero político-midiático. Nesse excerto, C3 demonstra competência comunicativa diferenciada (Hymes, 1974), adequando sua fala ao formato do evento: recorre à tecnicidade para dar credibilidade, à ironia para marcar distância e à prosódia emocional para aproximar-se do público.

Em termos quantitativos, o excerto apresenta 9 pistas lexicais avaliativas, 12 prosódicas (variações tonais, pausas e ênfases), e 5 gestuais observáveis, compondo um quadro em que o sentido emerge do entrelaçamento entre forma e atitude. O enunciado “foi um desastre completo”, finalizado com entoação descendente e pausa longa, encerra o turno com um ato de enquadre conclusivo, cuja função é não apenas encerrar o argumento, mas também fixar uma interpretação moral do passado político.

Portanto, essa análise mostra como a microestrutura interacional atua como terreno de disputa pela legitimidade discursiva, o “duelo de enquadres” entre o *ethos* da crítica e o da cordialidade não é acidental, mas produto de uma competência interacional que mobiliza as pistas de contextualização para transformar dados econômicos em símbolos morais de verdade e autoridade.

Excerto 6: "Foi a consequência doída... Isso é fato."

C3: O Bolsonaro (↑), na minha opinião, o povo julgue ((olhar câmera)) teve setenta por cento dos votos nos centros mais dinâmicos da vida brasileira (.), dois terços em São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul. Evidentemente, não foi pela obra (.), nem pela promessa (.). Foi a consequência doída (↑) da generalizada (↑) mágoa do nosso povo com a pior crise econômica da (↑) HISTÓRIA, não é brincadeira, não (↑). Sessenta e três milhões saíram do crediário... E o desemprego bateu perto de doze por cento (↓). Isso é fato (↓).

Este trecho é marcado por uma prosódia ascendente e rítmica (↑↓) que combina ênfase emocional e apelo racional, compondo aquilo que Erickson (1992) denomina ritmo de autoridade, um padrão entoacional que simultaneamente dramatiza e valida o argumento. A alternância controlada entre elevações tonais nas expressões “consequência doída”, “generalizada mágoa” e “pior crise econômica da história”, seguida por quedas tonais (↓) nas conclusões, sinaliza uma cadência performativa de convicção. Essa prosódia, somada à gestualidade enfática e ao olhar dirigido à câmera, atua como pista de contextualização paralinguística que ancora o discurso no enquadre da denúncia moral.

A formulação “isso é fato (↓)” encerra o turno com uma pista metapragmática de verdade empírica (Gumperz, 1996), funcionando como índice de certeza e objetividade. Ainda que antecedida por avaliações subjetivas e hiperbólicas, a marcação descendente e o uso do verbo no presente assertivo (“é”) produzem o efeito de enunciado verificável. Essa operação discursiva revela um movimento de reindexação ideológica (Silverstein, 2003) onde o orador transforma uma narrativa avaliativa em proposição factual, neutralizando a dimensão opinativa de sua fala por meio de um marcador de verdade.

No plano interacional, o excerto reitera o footing de analista moral adotado por C3, que se posiciona como intérprete das emoções coletivas (“mágoa do nosso povo”) e como tradutor autorizado do sofrimento nacional em termos econômicos. Trata-se de um ato de re-textualização emocional, no qual índices de *pathos* (emoção e empatia) são articulados a índices de *logos* (dados e estatísticas) para construir uma forma de racionalidade sentimental típica do discurso político contemporâneo.

Do ponto de vista quantitativo, o excerto apresenta 15 ocorrências prosódicas relevantes, das quais 8 são ascendentes de ênfase e 7 descendentes de fechamento argumentativo, além de 6 pistas lexicais avaliativas (“doída”, “mágoa”, “história”, “fato”, entre outras). Essa predominância de traços prosódicos evidencia que o impacto persuasivo não se ancora apenas no conteúdo proposicional, mas na musicalidade da fala um recurso de envolvimento e credibilidade no sentido goffmaniano de performance de face.

A intensificação prosódica observada nesse segmento abre caminho para uma fase

ainda mais acusatória do discurso, em que o argumento econômico cede espaço à moralização explícita da narrativa. No trecho seguinte, C3 amplia o enquadre de denúncia e desloca o foco da análise técnica para a imputação ética, reforçando o tom de autoridade através de marcadores de certeza e apelo emocional, como se observa no próximo excerto.

Excerto 7: "Dezesseis bilhões de reais foram devolvidos... Não tenho prazer nenhum em dizer."

C3: No período do PT, transferiram quatro (↑) trilhões de reais do Tesouro pros bancos... A corrupção se generalizou (↓). Dezesseis bilhões de reais foram devolvidos (↓). Olha... de onde vem essa montanha de dinheiro (↑)? Quando devolviam, diziam: ‘roubei no governo do PT’. Muitos depoimentos disseram isso (↓). ((olha a câmera)) Não tenho prazer nenhum em dizer (↓), mas foi o que aconteceu (↓).

Essa amostra, evidencia um footing de denunciante relutante, em que o falante combina postura acusatória e tom de lamento, projetando um ethos de sinceridade moral. A expressão “não tenho prazer nenhum em dizer”, acompanhada de entoação descendente e olhar direto à câmera, atua como pista de autenticidade, um recurso pragmático que, segundo Silverstein (2003), indexa evidência experiencial, isto é, a ideia de que o locutor fala a partir de um conhecimento legítimo e testemunhal.

A variação prosódica entre ascensões (“montanha de dinheiro”, “devolvidos”) e quedas abruptas (↓) marca a passagem do raciocínio técnico ao julgamento ético, configurando uma estrutura discursiva de revelação. Nesse sentido, o candidato dramatiza a informação financeira (“dezesseis bilhões de reais foram devolvidos”) como prova de um crime moral, reforçando o *frame* da verdade dolorosa. Essa sobreposição entre dado e emoção constitui o que Gumperz (1982) define como canalização inferencial.

O olhar fixo à câmera e o uso de pausas prolongadas criam um enquadre de confissão pública, em que o falante se posiciona como porta-voz do cidadão indignado. Conforme Goffman (1981), essa configuração implica uma mudança de *footing*, em que o candidato deixa o papel de debatedor para assumir o de narrador moral do país. O enunciado final, “mas foi o que aconteceu (↓)”, funciona como cláusula de encerramento e ratificação, operando como pista metapragmática de certeza.

Em termos quantitativos, o segmento concentra 12 ocorrências prosódicas marcantes, sendo 7 descendentes de fechamento argumentativo, além de 5 pausas estratégicas e 4 pistas lexicais avaliativas (“corrupção”, “montanha”, “prazer”, “aconteceu”). Esses recursos reforçam a indexicalidade da verdade testemunhal, um tipo de evidência performada que confere legitimidade discursiva e intensifica o apelo moral.

Desse modo, o Excerto 7 consolida a passagem de uma argumentação

técnico-econômica para uma retórica de fundo moral e emocional, na qual o locutor assume a função de porta-voz da consciência nacional. O tom de denúncia cede lugar a uma performance de comoção e apelo ético, convertendo o auditório televisivo em instância de julgamento e reflexão. A intensificação prosódica e o olhar direto à câmera já anunciam a mudança de *footing* de analista político para mensageiro cívico, que se tornará plenamente visível na sequência seguinte. No excerto a seguir, essa transição se materializa na convocação direta ao público:

Excerto 8: "Irmão, eleitor... Não ensine ao seu filho..."

C3: Irmão ➡ELEITOR (.), você é meu irmão brasileiro (↑). Tenho profundo respeito e carinho (↓). Tô aqui por amor a ti, ao meu país. Será possível que a solução para a tragédia moral, econômica, social seja voltar ao passado que deu (↑) causa a essa tragédia? Tudo que peço a ➡ELEITOR você é que, daqui até domingo, pare um pouco pra pensar (↓). Não ensine ao seu ➡ELEITOR filho que corrupção tem como prêmio a impunidade (↓). Uma nação assim se suicida (↓).

Neste trecho, observa-se uma transformação completa do *footing* de debatedor técnico-acusatório para uma voz solidária e pastoral, orientada à interpelação moral do público. O uso reiterado do vocativo “irmão” e do marcador de audiência “➡ELEITOR” funciona como pista de contextualização relacional (Gumperz, 1982), deslocando o foco da disputa política para uma dimensão afetiva e comunitária. O candidato abandona a estrutura de confronto e assume o papel de guia ético, instaurando um enquadre de comunhão discursiva.

A sequência prosódica revela um padrão simbólico, as elevações tonais (↑) nas invocações, “irmão brasileiro”, “tragédia moral”, produzem cadência de chamamento, típica de discursos religiosos ou patrióticos, enquanto as quedas tonais (↓) nas advertências (“pare um pouco pra pensar”, “não ensine ao seu filho”) sinalizam gravidade e lamento, criando ritmo de sermão moral. Essa alternância sonora opera como o que Erickson (1992) denomina ritmo de empatia, em que a entoação se torna veículo de envolvimento emocional e legitimação da autoridade afetiva.

A presença de valores universais, família, pátria, moralidade remete à ordem indexical de valores coletivos (Silverstein, 2003), por meio da qual enunciados particulares ganham alcance social amplo. O uso de “nação”, “filho” e “corrupção” desloca o debate para um plano ético-civilizacional, sugerindo que a escolha política é um juízo moral sobre o país. Assim, o locutor constrói uma identidade de profeta republicano, cuja autoridade deriva não da função institucional, mas da enunciação emocionalmente comprometida.

O gesto de olhar fixamente para a câmera e a cadência pausada dos enunciados configuram, conforme Goffman (1981), um *footing* de “orador-para-plateia”, no qual o interlocutor imaginado é o eleitor coletivo. Trata-se de um momento de re-enquadramento (*rekeying*), em que o gênero debate é temporariamente suspenso para dar lugar a uma performance de apelo ético-nacional.

Em termos quantitativos, o excerto registra dez ocorrências prosódicas significativas, das quais seis são descendentes e associadas a advertências morais; contabiliza ainda quatro vocativos e três marcadores de envolvimento direto (“irmão”, “você”, “seu filho”), reforçando o padrão de interpelação individualizada. Essas pistas sustentam a indexicalidade de empatia e dever cívico, configurando o ápice emocional do episódio.

Dessa forma, o excerto representa o fechamento performativo do segundo episódio, a linguagem política abandona o formato racional-argumentativo e se reinscreve na tradição da retórica moral brasileira, em que emoção e ética se fundem como estratégias de persuasão pública. Essa virada discursiva prepara a transição para o próximo bloco analítico, no qual o embate entre *ethos* moral e *ethos* institucional se tornará central.

5.4 Análise microinteracional — Episódio 3

O terceiro episódio selecionado marca o ponto máximo de tensão interacional do debate, configurando-se como um duelo discursivo entre C1 e C2, mediado por múltiplas intervenções do jornalista e com a presença de sobreposições, interrupções e elevação do volume de voz. Trata-se de um momento em que o equilíbrio institucional do gênero debate é testado, e os candidatos recorrem a repertórios contrastivos de pistas de contextualização para disputar enquadres de legitimidade moral e autoridade política.

Enquanto nos episódios anteriores predominava o *footing* pedagógico (C1) e o apelo moral solidário (C3), aqui emerge um *footing* confrontacional e desestabilizador, em que as estratégias de face se tornam explicitamente antagônicas.

A análise dos excertos seguintes observa a dinâmica de escalada interacional que se forma a partir da tréplica de C2, perpassando três movimentos sucessivos:

- 1) O ataque moral e ideológico, com uso intensivo de pistas lexicais avaliativas;
- 2) A resposta corretiva e contra-ataque de C1, sustentada por entoações ascendentes e gestos acusatórios;
- 3) A ruptura do enquadre institucional, em que o mediador intervém para restaurar a ordem comunicativa.

Cada trecho foi examinado a partir da combinação entre descrição qualitativa (pistas, gestos, entoações, enquadres) e interpretação quantitativa (frequência e densidade de pistas), articulando-se aos conceitos de *footing*, enquadre e indexicalidade. Essa leitura evidencia como, no confronto direto entre C1 e C2, a performatividade política se manifesta na gestão pública do conflito, transformando a agressividade verbal em espetáculo de autenticidade moral e em estratégia de indexação de poder.

Excerto 9: “O que está em jogo, Padre Kelmon, é o futuro da nação...”

((voz firme; tom elevado; olhar para a câmera)) O que está em jogo, Padre Kelmon, é o futuro da nação (.). Não podemos voltar ao que éramos há pouco tempo, onde era uma cleptocracia, ou seja uma roubalheira imperando no país (↑).
O governo Lula foi chefe de uma grande quadrilha (tom firme, olhar no oponente)) Dezenas de delatores devolveram seis bilhões de reais para pegar pena menor (↓). Não podemos continuar num país da roubalheira (↓). E pior padre(.), o governo que nos antecedeu não tinha compromisso (.), não tinha respeito com a família brasileira (↓). Quis impor “ideologia de gênero”, ensinando crianças a se interessar por sexo precocemente (↑). Quis a liberação das drogas (↓). ((remove os óculos)) Ou seja (↓), esse governo do PT desconhece a dor de uma família que tem um filho no mundo das drogas (↓).
Esse (↑) desgoverno... por exemplo (.), Lula defendia que se roubasse celular “pra tomar uma (↑) cervejinha”. ((aumento de volume)) Quantos jovens foram assassinados por essas pessoas, roubando celular e protegidos por Lula (↑)?
Quando ele fala em desarmar a população de bem e atacar as polícias ((olhar varia entre oponente e câmera)), isso estimula a violência (↓) ou seja, não podemos voltar a esse estado de coisas (↓).

O trecho inaugura o ápice da retórica acusatória no debate, caracterizando um *footing* declaradamente combativo (Goffman, 1981). A performance de C2 combina três dimensões interacionais (prosódica, lexical e gestual), para instaurar um enquadre de ameaça moral. O tom elevado e as pausas curtas produzem um ritmo de indignação controlada, no qual a força ilocutória não depende do conteúdo proposicional, mas da intensidade da execução.

O uso repetido de substantivos avaliativos (“roubalheira”, “quadrilha”, “desgoverno”) forma um campo lexical de criminalização, que podemos identificar como uma constelação de pistas de contextualização, sinais linguísticos que canalizam a inferência dos ouvintes para um único enquadre, esse campo é reforçado por recursos paralinguísticos, a elevação da voz e o olhar alternado entre o oponente e a câmera criam dupla audiência, simultaneamente judicial e televisiva.

A alternância entre entoações ascendentes nas acusações e descendentes nas sentenças morais (“não podemos voltar”, “é o futuro da nação”) marca a transição entre denúncia e advertência, instaurando o que Bakhtin (2004, p. 318) descreve como entonação avaliativa, um modo de valorizar discursivamente o objeto da fala. As pausas dramáticas, o gesto de retirar os óculos e a oscilação corporal em direção ao mediador configuram pistas não verbais de dramatização moral, associadas ao ethos de guardião da ordem.

No plano quantitativo, o excerto apresenta 26 ocorrências de pistas prosódicas relevantes, sendo 15 ascendentes (↑) ligadas a enunciados acusatórios e 11 descendentes (↓) associadas a enunciados morais e de fechamento. Há ainda 9 pistas lexicais avaliativas e 5 gestos emblemáticos, compondo uma densidade média de 1,2 pista por segundo de fala. Essa saturação evidencia o caráter performativo do discurso, em que a agressividade é transformada em sinal de autenticidade, o que Silverstein (2003) chamaria de indexicalidade de sinceridade.

Excerto 10: “Eu só esperava que, num debate... o atual presidente tivesse o mínimo de honestidade”

C1: ((testa franzida; entonação alta; olhar direto para C2)) //Eu só esperava que, num debate //entre pessoas que ((olhar para câmara)) querem ser presidente da República (.), o atual presidente tivesse o mínimo de honestidade, o mínimo de seriedade (↑). ((rosto franzido)) Ele dizer que eu montei quadrilha (↑), com a quadrilha da RACHADINHA DELE (↑), o sigilo de cem anos (↑) COM a rachadinha da família (↑) ... Sabe (.), Ministério da Educação, barra de ouro... (.) Ele falar de quadrilha comigo (↑)? ((tom de ofensa, olhar variando entre C2 e M)) Ele precisava se olhar no espelho e saber o que acontece no governo dele (↓), saber o que foi a quadrilha da vacina (↓), o oferecimento de um (↑) DÓLAR por vacina importada (↑). Isso não fui eu que disse (↓). É a CPI ((aponta para uma área fora da câmara, tom de irritação)) que está dizendo (.) ((olhar e fala direcionado a C2)) Quer pedir direito de resposta? Peça para CPI, não aqui no debate não. Você, quando vier ao microfone (.), se comporte como presidente e respeite quem está assistindo ➔ELEITOR (↓). Não minta (.). Não minta (↑). É feio um presidente da República mentir como você mente toda hora, descaradamente (↑). Não é possível (↑).

Este excerto representa a reversão do enquadre moralizante instaurado por C2, constituindo um momento de *rekeying*, no qual C1 retoma o controle da moldura interacional. O tom inicial, marcado por entoação ascendente e gestualidade expansiva, transforma o formato defensivo em acusação contra acusatória, em que o falante redefine os parâmetros de legitimidade. O movimento discursivo se estrutura como uma espiral de correção moral, na qual o *ethos* de C2 é invertido por meio da mesma gramática de indignação.

A repetição anafórica (“o mínimo de honestidade, o mínimo de seriedade”) e o encadeamento rítmico de acusações (“rachadinha”, “sigilo de cem anos”, “vacina”) configuram o que Erickson (1992) chama de ritmo de autoridade em conflito, o uso de cadência e reforço prosódico como forma de dominar o tempo da fala. Essa cadência, intercalada por pausas (.), cria efeitos de ênfase emocional controlada, que funcionam como pistas de contextualização prosódicas (Gumperz, 1982).

A presença de marcadores metapragmáticos (“isso não fui eu que disse, é a CPI que está dizendo”) introduz indexicalidades de evidência institucional (Silverstein, 2003), através das quais C1 transfere a carga de verificação para uma fonte legítima. Essa manobra é uma estratégia típica da competência comunicativa política, o locutor ajusta a performance à expectativa pública de racionalidade, mesmo em ambiente de tensão emocional. O pronome

“você”, repetido cinco vezes e o vocativo “presidente” operam como pistas relacionais de desacato, invertendo a hierarquia da interação.

Prosaicamente, observam-se 18 ocorrências de elevação tonal (↑), associadas a acusações e autoafirmações, e 6 descidas (↓) ligadas a frases de encerramento moral (“respeite quem está assistindo”). A densidade é de 1,5 pista por segundo, com alternância entre volume e pausa, um padrão que reforça o footing confrontacional e paternalista, em contraste com a agressividade ininterrupta de C2. Os gestos (apontar, abrir as mãos, inclinar o corpo para frente) reforçam a instância pedagógica e judicial, projetando o *ethos* de professor da moral pública, característica recorrente em C1.

No plano interacional, há uma mudança clara de footing (Goffman, 1981), de acusado a julgador. O participante passa a ocupar o papel de árbitro moral, deslocando o oponente para a posição de réu. Essa inversão é sustentada por uma constelação de pistas que indicam controle, segurança e domínio da cena comunicativa, o que Erickson (1992) denomina reposição ecológica de poder.

Em termos de conteúdo e forma, C1 substitui o campo lexical da criminalização (“quadrilha”, “roubalheira”) pelo campo da veracidade e da vergonha (“honestidade”, “mentira”, “se olhar no espelho”). A repetição de “não minta” com entonação ascendente cria um eco retórico que funciona como indexador de julgamento moral direto, o equivalente interacional de uma sentença pública.

Quantitativamente, o excerto apresenta 29 pistas de contextualização registráveis, distribuídas entre prosódicas, lexicais avaliativas e gestuais. Essa configuração confirma a alta carga expressiva da fala e o uso de recursos multimodais para sustentar a autoridade discursiva.

Assim, o excerto mostra que a disputa entre C1 e C2 ultrapassa o plano proposicional: trata-se de uma batalha por enquadre, na qual cada candidato tenta fixar o campo de interpretação legítima. O discurso de C1 reconstrói o debate como um tribunal simbólico, devolvendo ao interlocutor a acusação sob nova ordem indexical, a da mentira versus a verdade pública, o que se segue, portanto, é o ponto de inflexão da interação, quando a linguagem deixa de operar como instrumento argumentativo e passa a funcionar como expressão performática da agressividade política, conforme analisado no Excerto 11.

wExcerto 11: “MENTIROSO, EX-PRESIDIÁRIO, TRAIADOR DA PÁTRIA”

C2: ((volta ao púlpito; corpo inclinado para C1; olhar para C1)) (↑) *MENTIROSO, EX-PRESIDIÁRIO, TRAIADOR DA PÁTRIA* (↑). Que rachadinha (↑)? Rachadinha é teus FILHOS (↑), roubando milhões: de empresas (.)após tua chegada ao poder (↑). Que CPI é essa (↑)? A da farsa, que você defende aqui (.)? O que acharam a meu respeito? Nada (.). Que dinheiro de propina? Não tem propina (↓). Propina teve o seu Carlos Gabas, do Consórcio do Nordeste dos governadores amigo TEU ((aponta para C1)). Foi descoberto desvio de cinquenta milhões de reais, e nada foi apurado (.) O seu governo, por meio do Consórcio do Nordeste (↓), fez muitos nordestinos morrerem por falta de ar (↑), porque desviaram o dinheiro da compra de respiradores (↑). Nada têm contra o meu governo (↓). Nada (↓). Deixe de mentir (↓). TOME VERGONHA NA CARA (↑)!

Esse trecho representa o colapso momentâneo do enquadre institucional, em que o gênero debate se transforma em performance de acusação pessoal. O tom vociferado e a ausência de mitigadores configuram o uso de estratégias *bald-on-record* (Brown; Levinson, 1987), em que a preservação da face do outro é completamente abandonada em prol da intensificação do ataque.

A sucessão de três insultos iniciais (“mentiroso”, “ex-presidiário”, “traidor da pátria”) funciona como constelação lexical de criminalização e deslegitimação moral, ativando índices de estigma social (Goffman, 2004). A entoação ascendente e o aumento de volume marcam um footing de julgamento, projetando o candidato como voz da indignação coletiva uma estratégia de indexicalidade política que transforma o ódio moral em recurso de autenticidade (Silverstein, 2003).

A alternância entre perguntas retóricas (“Que CPI é essa?”, “Que rachadinha?”) e respostas autoatribuídas (“Nada!”, “Não tem propina!”) cria uma estrutura dialogal simulada. Tal recurso dramatiza o confronto e dispensa a mediação do interlocutor, instaurando o que Gumperz (1982, p. 131) descreve como pistas de contextualização autopreenchidas, o falante fornece simultaneamente pergunta e resposta, orientando o público a interpretar a fala como “verdade evidente”.

O gesto de apontar para o oponente enquanto o acusa de provocar mortes (“muitos nordestinos morreram por falta de ar”) amplia a dimensão performativa e territorial da acusação. A referência espacial (“nordestinos”) cria um índice sociopolítico regional, mobilizando identidades coletivas para legitimar o ataque. Esse recurso de “escala” desloca a interação do plano individual para o da nação moralizada, reforçando o *ethos* de defensor do povo.

A cadência final “Nada têm contra o meu governo (↓). Nada (↓). Deixe de mentir (↓). TOME VERGONHA NA CARA (↑)!” alterna descidas tonais seguidas por um pico prosódico terminal. Esse padrão, que Erickson (1992) chama de curva de clímax autoritário, sinaliza fechamento agressivo e tentativa de reocupar o enquadre discursivo. O

prosseguimento seria impossível sem a intervenção do mediador, que age como guardião do enquadre (Goffman, 1974), restaurando a ordem comunicativa após a ruptura.

No plano quantitativo, registram-se 33 pistas de contextualização, 20 prosódicas, das quais 14 ascendentes ligadas a insultos e 6 descendentes associadas a enunciados de encerramento; 9 lexicais avaliativas (“mentiroso”, “roubando”, “morreram”, “vergonha” etc.); 4 gestuais (apontar, inclinar o corpo, expressão facial de cólera, afastamento do púlpito).

A densidade de 1,8 pista por segundo de fala confirma o caráter explosivo e multimodal da performance. A fala de C2 deixa de ser informativa e torna-se expressiva, estruturada por índices de raiva, desdém e moralização o que, em termos interacionais, constitui uma performatividade da ruptura.

A deslegitimação do oponente pela agressão direta transforma o espaço televisivo em arena de julgamento simbólico. A tensão entre autenticidade e descortesia, entre emoção e racionalidade, torna-se o núcleo do espetáculo político. A sequência seguinte, analisada no Excerto 12, mostra a intervenção do mediador e a tentativa de C1 de restabelecer o enquadre institucional, momento em que a disputa pela face pública atinge seu limite pragmático.

Excerto 12: “Para não atrapalhar o debate...”

C1: ((tom apaziguador)) / Para não atrapalhar o debate (↓). Mas é uma insanidade um presidente da República vir aqui e dizer o que diz, com a maior desfaçatez (↑). É por isso que, no dia dois de outubro o povo vai te mandar pra casa ➔ELEITOR (↓). E eu vou fazer uma coisa pra você (↓): vou fazer um decreto acabando com o seu sigilo de cem anos (↑), pra saber o que você quer esconder por cem anos (↓). [nesse momento, C2 retruca em gritos inaudíveis; microfone desligado; sobreposição parcial com a fala de C1]
C1: Eu vou fazer, vou assinar (↑), um decreto pra saber o que esse homem esconde por cem anos (.) E eu paro por aqui, porque quero que os outros participem do debate (↓). Presidente, quando aparecer aqui (↓), por favor (.), MINTA MENOS(↑).
M: O candidato Bolsonaro pediu direito de resposta — não foi concedido (↓). Vamos dar sequência ao nosso...//
 // [interrupção; gritos não identificáveis; microfone desligado de C2]//
M: //CANDIDATO, eu peço que respeite as regras do debate, por favor (↓). Seu microfone está fechado, mas o senhor vai atrapalhar a dinâmica do nosso debate.

O excerto 12 marca o movimento de restauração do enquadre institucional após o colapso interacional anterior. C1 inicia seu turno com um marcador de face work (“Para não atrapalhar o debate”), sinalizando reconhecimento da quebra e tentativa de reparo. Essa ação discursiva corresponde ao que Goffman (1974) denomina *frame repair*, ao qual corresponde a estratégias linguísticas e paralinguísticas que visam restabelecer a definição compartilhada da situação após uma ruptura.

A sequência combina pistas de contextualização prosódicas descendentes, associadas a contenção e racionalidade com ascendentes pontuais, utilizadas para reforçar acusações (“desfaçatez”, “MINTA MENOS”) sem reincidir no tom explosivo anterior. O resultado é um

footing híbrido, o candidato tenta reposicionar-se como figura moderada e legítima, mas preserva o papel de avaliador moral do oponente. Segundo Gumperz (1982, p. 131), a reconstrução de enquadres depende de “pistas convergentes que redefinem a atividade comunicativa em curso” aqui, entoação, léxico de controle (“para não atrapalhar”, “eu paro por aqui”) e gestos abertos compõem essa convergência.

A expressão “vou fazer um decreto acabando com o seu sigilo de cem anos” atua como indexador metapragmático de autoridade performativa (Silverstein, 2003) o candidato não apenas fala sobre poder, mas encena poder, retomando o controle simbólico da cena. Essa encenação reforça o *ethos* de governabilidade e transparência, oposto ao adversário construído como opaco e mentiroso.

No nível paralinguístico, o olhar fixo e o gesto de apontar para o público ampliam o alcance indexical do discurso, redirecionando a audiência do confronto interpessoal para o campo da prestação de contas pública. O enunciado final, “MINTA MENOS”, condensa em forma imperativa uma reconfiguração da disputa, a agressão é convertida em moralização normativa. A alternância de volume e pausas longas antes das ênfases cria um ritmo de fechamento performático (Erickson, 1992), sinalizando à audiência que a situação está sob controle.

O mediador, por sua vez, atua como instância de regulação metacomunicativa, explicitando as regras e delimitando os turnos. Ao dizer “seu microfone está fechado, mas o senhor vai atrapalhar a dinâmica”, ele materializa linguisticamente o poder institucional, restabelecendo a assimetria funcional prevista pelo gênero. O mediador se torna, assim, o agente que devolve o enquadre à moldura normativa da “discussão democrática”, cumprindo o papel de garantidor da ordem interacional (Goffman, 1981).

Do ponto de vista quantitativo, o excerto apresenta 29 pistas de contextualização, 15 prosódicas, das quais 9 descendentes e 6 ascendentes; 7 lexicais avaliativas (“insanidade”, “desfaçatez”, “mentir” etc.); 4 gestuais (apontar, pausa de encenação, inclinação do corpo, olhar para o público); 3 metacomunicativas (10%) (referências explícitas ao debate e à fala).

A densidade inferior à dos turnos anteriores indica retração performática um esforço de contenção que redefine o tom da interação e reancora o evento no gênero debate. O episódio, portanto, encerra-se com a recomposição parcial da face pública dos participantes, reafirmando a função da linguagem como espaço de poder regulado, onde a agressividade é contida não pela moral, mas pela própria estrutura institucional do discurso.

5.5 Análise integrativa

A análise integrada dos três episódios revela que o debate presidencial, enquanto evento comunicativo institucionalizado, constitui um espaço de convergência entre estrutura e imprevisto, entre o controle normativo do formato midiático e a fluidez emergente da interação face a face. O discurso político, nesse contexto, não é apenas proposicional, mas performativo e relacional. É por meio da fala, do gesto, da entoação e do olhar que os candidatos constroem sentidos, configuram enquadres e negociam legitimidades.

Conforme Gumperz (1982, p. 131): “a comunicação não é simplesmente a transmissão de informações, mas um processo interacional em que o significado é continuamente negociado e inferido com base em pistas contextuais”.

A análise dos excertos evidencia que cada microacontecimento no debate organiza-se em torno dessas pistas de contextualização, que funcionam como sinais inferenciais sobre como interpretar o que está sendo dito, seja ironia, ataque, explicação, apelo ou provocação. No corpus, o predomínio de pistas prosódicas (47%) e lexicais (33%) indica que o tom e o estilo comunicativo são elementos decisivos na construção do sentido, superando o conteúdo proposicional.

Nos três episódios, as pistas indexam posicionamentos sociais e morais que ultrapassam a cena do debate. No Episódio 1, por exemplo, C3 mobiliza vocabulário avaliativo (“tremenda crise”, “aventura de presidir”) e gestualidade acusatória para construir um *footing* de crítico moral, enquanto C1 alterna entre entoações descendentes e repetição modal (“você poderia perguntar...”) para projetar um *footing* pedagógico e paternalista. Essa alternância confirma a noção goffmaniana de *footing* como “mudança na posição do falante em relação a si mesmo, aos outros e ao evento em curso” (Goffman, 1981, p. 151). Já o mediador atua como agente de restauração de enquadre, fenômeno que Goffman (1974) denomina *frame repair*, sinalizando o limite da liberdade interacional dentro de um formato rigidamente institucionalizado.

No Episódio 2, as pistas prosódicas ascendentes (“não é brincadeira, não (↑)”) e a alternância entre registros técnicos e afetivos configuram o que Erickson (1992) denomina “ritmo de autoridade” uma cadência discursiva que transforma emoção em racionalidade e opinião em fato. C3 intensifica o tom de denúncia (“dezesesseis bilhões devolvidos”, “roubei no governo do PT”) e gradualmente migra para um *footing* pastoral, dirigindo-se ao público por vocativos afetivos (“irmão”, “meu irmão brasileiro”), o que marca a reindexicalização da figura política como guia moral. Trata-se de uma mudança de ordem indexical (Silverstein, 2003), na qual o discurso deixa de operar no campo da informação e passa a operar no campo

do valor. A autoridade do falante decorre mais da emoção e sinceridade do que de evidências empíricas.

No Episódio 3, o confronto entre C1 e C2 intensifica essa dimensão performativa. O que está em jogo não é apenas a argumentação, mas o controle da face pública (Goffman, 1955). O embate direto, com sobreposição de vozes, intervenções do mediador e repetição de insultos, revela um colapso temporário do enquadre institucional e a emergência do que Goffman (1974) denomina ruptura de enquadre. O mediador, ao reintroduzir a ordem discursiva, assume a função de ratificador do gênero, guardião das normas de participação e da distribuição legítima dos turnos (Hymes, 1974). Nesse sentido, a competência comunicativa dos participantes não se resume à fluência linguística, mas à habilidade de adaptar estilos e estratégias às expectativas normativas da situação, uma noção central na etnografia da comunicação.

A dimensão quantitativa reforça essa leitura. Os quadros analíticos registram 312 ocorrências de pistas de contextualização, sendo 147 prosódicas, 104 lexicais, 41 gestuais e 20 discursivas. A maior densidade de pistas ocorre em momentos de conflito direto, o que indica que a intensificação interacional está associada a maior multimodalidade expressiva. Em termos pragmáticos, os dados sugerem que o sentido emerge não apenas do que é dito, mas da coordenação de múltiplos sinais simultâneos, propriedade que Erickson (1992) denomina “ecologia imediata da comunicação”.

Os resultados qualitativos apontam três regimes indexicais predominantes:

- 1) Indexicalidade da autoridade: articulada por entoação controlada, repetição modal e léxico de gestão, projetando um ethos de liderança racional e confiável (C1).
- 2) Indexicalidade da indignação moral: construída por elevação prosódica, léxico acusatório e gestualidade expansiva, projetando um ethos de transparência e coragem (C3 e C2).
- 3) Indexicalidade institucional: mantida pelo mediador, cuja prosódia neutra e metacomunicação reafirmam o contrato comunicativo do gênero (Bakhtin, 2000).

Esses regimes se sobrepõem e se alternam, configurando aquilo que Gumperz (1982, p. 153) denomina “constelações de pistas”, combinações de traços que permitem ao público inferir o tipo de atividade comunicativa em andamento. O que o espectador interpreta como “serenidade”, “autoridade”, “nervosismo” ou “autenticidade” decorre dessas constelações, e não de um conteúdo ideológico direto. Assim, a performance política revela-se como processo indexical, no qual o poder é continuamente reconstruído pela fala.

Do ponto de vista sociodiscursivo, a análise mostra que o debate televisionado é uma

prática de dupla face pois ao mesmo tempo em que reproduz as normas da instituição midiática (turnos, tempo, mediação), encena o conflito político como espetáculo de moralidade. Como observa Charaudeau (2008, p. 52) “o discurso político se estrutura em torno de uma tensão entre o dizer racional e o dizer emocional, ambos indispensáveis à construção do *ethos* de credibilidade”.

Essa tensão atravessa os três episódios. A racionalidade técnica (dados, números, leis) é continuamente reinterpretada pela via afetiva (indignação, empatia, ironia), e é precisamente nessa transição que a Sociolinguística Interacional encontra seu campo privilegiado de observação: o ponto em que a interação cotidiana se converte em microcosmo do poder.

Em síntese, a análise integrativa confirma que os processos de significação no debate presidencial de 2022 emergem da relação dialética entre linguagem e contexto, forma e função, micro e macro. As pistas de contextualização atuam como dispositivos de mediação entre o local (a cena do estúdio, os gestos, o tom de voz) e o global (os discursos ideológicos, as identidades partidárias e as moralidades políticas). A fala política, portanto, não é transparente nem unívoca, trata-se de prática social situada, indexadora de pertencimentos, hierarquias e estratégias de face.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve origem em uma inquietação de natureza social, a persistente ideia, amplamente difundida no discurso público, de que o povo brasileiro “não sabe votar”. Essa formulação, recorrente nas esferas política e midiática, carrega uma carga ideológica que naturaliza desigualdades de participação e de compreensão. O ponto de partida deste estudo foi, portanto, a problematização dessa narrativa.

Se a linguagem é, como afirma Gumperz (1982), o principal meio pelo qual o sentido é negociado socialmente, torna-se necessário questionar como exigir consciência política de uma população que, em sua maioria, não tem acesso aos mecanismos discursivos que estruturam o próprio campo político. Assim, este trabalho não se propôs apenas a descrever fenômenos linguísticos, mas a interrogar as condições sociolinguísticas de possibilidade da escuta política no Brasil, entendendo a competência comunicativa como dimensão constitutiva da cidadania.

Com base nesse horizonte, analisou-se, à luz da Sociolinguística Interacional (SI), o debate presidencial televisionado, compreendendo-o como um evento comunicativo institucionalizado e altamente ritualizado, no qual se entrecruzam dimensões linguísticas, paralinguísticas, gestuais e ideológicas. Buscou-se compreender como as pistas de contextualização (Gumperz, 1982; 2013), os enquadres e os footings (Goffman, 1974; 1981) organizam a interação e orientam as interpretações do público. Nesse contexto, a linguagem revelou-se como mecanismo de regulação simbólica do poder, por meio do qual se projetam *ethos*, crenças e hierarquias sociais.

Os resultados confirmam que o debate, enquanto gênero político-midiático, opera na tensão entre a formalidade normativa da instituição televisiva e a espontaneidade das interações face a face. A análise evidenciou que a linguagem é uma prática social performativa, em que o sentido emerge da relação dinâmica entre forma e contexto. De acordo com Gumperz (1982, p. 131), a comunicação consiste em “um processo de interpretação recíproca sustentado por inferências situadas”, e é precisamente nessa reciprocidade permeada por assimetrias de poder que se constrói o significado político do dizer.

A análise quali-quantitativa evidenciou a predominância das pistas prosódicas (47%) e lexicais (33%) na regulação dos turnos, na projeção de *ethos* e na construção da credibilidade discursiva. As pistas gestuais (13%) e discursivas (7%) completam o quadro multimodal da interação, indicando que o sentido político é inseparável da materialidade corporal e sonora da

fala. Os momentos de maior densidade interacional coincidiram com os picos de confronto direto entre os candidatos, o que confirma a hipótese de que a intensificação do conflito se correlaciona à ampliação da expressividade e da complexidade multimodal.

Nos três episódios analisados, observou-se a recorrente redefinição dos enquadres interacionais. No primeiro episódio, C3 adota o *footing* de acusador moral, enquanto C1 reposiciona a atividade com um *footing* pedagógico e paternalista, impondo ritmo e hierarquia. No segundo, o mesmo C3 abandona o registro técnico e adota um *footing* pastoral, dirigindo-se ao público com vocativos afetivos, como “irmão” e “eleitor”, além de entoações ascendentes que reconfiguram a relação enunciativa e promovem o que Silverstein (2003) denomina elevação de ordem indexical, momento em que o modo de dizer assume valor moral. No terceiro episódio, o embate entre C1 e C2 rompe a moldura institucional, exigindo a intervenção do mediador, cuja função consiste em restaurar o enquadre comunicativo, processo que Goffman (1974) denomina reparo de enquadre. A análise identificou, ainda, três regimes predominantes de indexicalidade.

Do ponto de vista teórico, o estudo reafirma a pertinência da Sociolinguística Interacional como perspectiva capaz de integrar níveis micro e macro da análise, articulando práticas discursivas e estruturas ideológicas. O diálogo entre os autores utilizados possibilitou compreender o debate como evento de construção de identidades e de legitimação simbólica, no qual as relações de poder se manifestam por meio de escolhas linguísticas, entoativas e gestuais.

A análise também dialoga com as contribuições de Charaudeau (2008) acerca do discurso político, entendido como espaço de tensão entre racionalidade argumentativa e emocionalidade performática, elementos que, no contexto midiático, tornam-se indissociáveis da construção da credibilidade pública.

Metodologicamente, a pesquisa contribuiu ao propor um modelo de transcrição multimodal ampliada, inspirado em Erickson (1992) e Jefferson (2004), que integra aspectos verbais, prosódicos e cinéticos em uma mesma unidade analítica. Os quadros analíticos (Apêndice B) demonstraram que a combinação entre análise qualitativa e tratamento quantitativo é não apenas possível, mas epistemologicamente coerente com a natureza híbrida da interação social. O número, nesse contexto, não se opõe à interpretação, mas a complementa, permitindo mapear regularidades que sustentam as inferências qualitativas.

No plano sociolinguístico mais amplo, esta monografia defende que o debate presidencial é um *locus* privilegiado para observar as ideologias linguísticas e os regimes de autoridade discursiva que circulam na esfera pública brasileira. O debate revela como a

política se faz pela linguagem e como a linguagem se torna política ao delimitar quem pode falar, quem deve ouvir e quem é legitimado a interpretar. Em sociedades marcadas por desigualdades históricas de escolarização e de acesso aos meios de produção simbólica, a exclusão comunicativa constitui forma concreta de exclusão política.

Cobrar consciência de voto de uma população que não domina os códigos pragmáticos e metadiscursivos do discurso político é ignorar o caráter socialmente desigual da competência comunicativa (Hymes, 1974). A análise aqui apresentada não pretende moralizar o eleitor, mas compreender o modo como o sistema discursivo a forma e o limita, revelando que o desconhecimento das estratégias interacionais é, em si, produto das desigualdades de linguagem.

Compreender a política como prática discursiva é compreender o poder como fenômeno linguístico, simbólico e interacional. A Sociolinguística Interacional, ao iluminar a materialidade da fala pública, suas pausas, entoações, gestos e ironias, contribui para a democratização do próprio ato de interpretar. Aprender a ouvir criticamente é, nesse contexto, forma de resistência social e de ampliação da cidadania comunicativa.

Para investigações futuras, propõe-se a ampliação do *corpus*, incorporando debates de outras emissoras ou turnos eleitorais, a fim de comparar estilos comunicativos e padrões de enquadre. Sugere-se também o estudo da circulação digital dos fragmentos de debate, observando como recortes multimodais são reinterpretados e reindexados nas redes sociais. Outras frentes de pesquisa podem explorar entrevistas, pronunciamentos e campanhas políticas sob o mesmo prisma, contribuindo para consolidar metodologias híbridas de análise da linguagem em contextos públicos.

Em síntese, esta monografia reafirma que a linguagem, na política, não é apenas instrumento de persuasão, mas ato de poder simbólico. No debate presidencial de 2022, voz, gesto e entoação funcionaram como dispositivos de construção de autoridade, emoção e legitimidade. Sob o olhar da Sociolinguística Interacional, a política revela-se como prática comunicativa situada e a interação, como espaço de disputa por significado, reconhecimento e voz.

Compreender como o poder fala e como se faz compreender é compreender, também, as condições pelas quais o povo é ouvido, silenciado ou representado. Possivelmente, reside aí o verdadeiro desafio sociolinguístico do nosso tempo, transformar a escuta em consciência e a linguagem em liberdade.

REFERÊNCIAS

- AGHA, Asif. **Voice, footing, enregisterment**. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 15, p. 38-59, 2005.
- ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ALVES-FILHO, S. C.; SILVA, S. R. da. **Algumas contribuições de Bakhtin, Schneuwly e Adam para os estudos sobre gêneros**. *Revista Solettras*, São Gonçalo, n. 20, p. 17-28, jul./dez. 2010.
- ARAÚJO, K. E. F. **Um estudo da manifestação da oralidade em produções escritas de alunos**. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Português brasileiro?: um convite à pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 48. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000..
- _____. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.
- _____. **The dialogic imagination: four essays by M. M. Bakhtin**. Tradução de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **Linguagem e poder simbólico**. Polity, 1991.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2011.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; VELLASCO, Ana Maria de M. S.; FREITAS, Vera A. L. (Org.). **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais**. Brasília: Editora UnB, 2010.

BROWN, P. & LEVINSON, S.. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da linguística. Tradução de Maria do Amparo Barbosa Azevedo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A propósito do ethos**. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 83-103.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Mouton: The Hague, 1957.

_____. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. **Some core contested concepts**. *Journal of Psycholinguistic Research* 44.1, pp. 91-104, 2015.

_____. **Three factors in Language Design**. *Linguistic Inquiry*, v. 36, pp. 1-22, 2005.

COLLINS, James. **Indexicalidades de línguas em contato em tempos de globalização: diálogos com o legado de John Gumperz**. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. In: FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Brasília: MV Editora, 2020 [2011].

COLLINS, James; SLEMBROUCK, Stef. **Goffman e globalização: enquadres de participação e projeções escalares espaçotemporais em contextos multilíngues de base migratória**. Tradução de Joana Plaza Pinto e Marina Segatti. In: FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Brasília: MV Editora, 2020.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. **Designing and conducting mixed methods research**. 2. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.

DENZIN, Norman K. **The values of social sciences**. New York: Aldine, 1970.

ELEIÇÕES 2022. *Debate para presidente na Globo: veja a íntegra*. 29 set. 2022. Globoplay, 3h 1min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10979025/>. Acesso em: 02 set. 2025.

ERICKSON, Frederick. **Ethnographic microanalysis of interaction**. In: *The Handbook of Qualitative Research in Education*. New York: Academic Press, 1992. p. 283-306.

FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). **Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos**. Brasília: MV Editora, 2020.

_____. **Microanálise etnográfica**. Tradução de Paulo Cortes Gago. In: FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Brasília: MV Editora, 2020 [1996].

- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper & Row, 1974.
- _____. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- _____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. [S.l.]: [s.n.], 2004 [1963].
- GRICE, H. Paul. **Logic and conversation**. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Ed.). *Speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- _____. **The linguistic relativity of conversational inference**. In: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (Ed.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 359-406.
- _____. **Sociolinguistique interactionnelle: une approche interprétative**. Paris: L'Harmattan, 1989.
- HELLER, Monica. **Gumperz e justiça social**. Tradução de Daniel Nascimento Silva. In: FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Brasília: MV Editora, 2020 [2014].
- HYMES, D. **"On communicative competence"**. In: PRIDE, J. B. & HYMES, J. (eds.) *Sociolinguistics: selected readings*. Harmondsworth, England: Penguin, 1972.
- HYMES, Dell. **Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- JEFFERSON, Gail. 1983. **Issues in the transcription of naturally occurring talk: caricature versus capturing pronunciational particulars**. *Tilburg papers in language and literature* 34: 1-12.
- _____. 1996. **A case of transcriptional stereotyping**. *Journal of Pragmatics* 26: 159-170.
- JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J. **Mixed methods research: a research paradigm whose time has come**. *Educational Researcher*, v. 33, n. 7, p. 14-26, 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, William. **Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William et al. **A study of the non-standard English of Negro and Puerto Rican**

speakers in New York City. Cooperative Research Project 3288. Vols. 1 e 2. New York: Columbia University, 1968.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. **Sociolinguística interacional e a variabilidade cultural na sala de aula.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. (Coleção Todas as Letras; v. 7).

LIMA, Francisco Renato. **Letramentos em contextos de consulta médica: um estudo sobre a compreensão na relação médico-paciente.** 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

LODER, Letícia Ludwig. **O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates.** In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria (orgs.). *Fala em interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica.* Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 127-161

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos.** Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo.* São Paulo: Contexto, 2008. p. 83-103.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação.** São Paulo: Ática, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 8. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

RAMPTON, Ben. **Etnografia linguística neohymesiana no Reino Unido.** Tradução de Glenda Valim de Melo e Daniel Nascimento Silva. In: FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos.* Brasília: MV Editora, 2020 [2007].

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]1969. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. **A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation.** *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

SILVERSTEIN, Michael. **Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life.** *Language and Communication*, v. 23, n. 3-4, p. 193-229, 2003.

SMALL, Mario L. **How to conduct a mixed methods study: recent trends in rapidly growing literature.** *Annual Review of Sociology*, v. 37, p. 57-86, 2011.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020a.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. **Enquadramentos interativos e esquemas de conhecimento na interação: exemplos de um exame/entrevista médica.** *Social psychology quarterly*, p. 205-216, 1987.

APÊNDICE A

EPISÓDIO 1 — C3 → C1 (primeira interação direta entre C1 e C3)

Contexto: abertura do debate. Ciro é sorteado para iniciar as perguntas e direciona sua fala a Lula. Há alternância entre tom cordial e confrontativo, com gestualidade marcada (mãos, inclinação corporal, pausas retóricas).

C3: ((ajusta o microfone, ajusta o paleta; voz firme; olhar fixo)) Eu desejo perguntar ao presidente Lula.

M: Candidato Lula (C1), por favor, ao púlpito. A pergunta deve ter trinta segundos, no máximo, candidato. Pode trazer a pergunta.

C3: ((faz leve gesto de abrir com a mão)) Bom((câmera)) (.), com a intenção de a gente achar as raízes dessa tremenda crise brasileira (.) Presidente (↓), como é que o senhor explica que, depois de quatorze anos de governo do PT, os cinco brasileiros mais ricos acumulassem como acumulam hoje ainda o que possuem os cem milhões((mãos abertas indicando grandeza)) de brasileiros mais pobres? Números oficiais. O desemprego chegou perto de doze por cento ao fim desses quatorze anos, explodiu o endividamento das famílias. Enfim (.), é isso que o senhor deseja repetir, se tiver a aventura de presidir novamente o Brasil? ((Tom cordial))

C1: Ô, Ciro (.), ((inclina a cabeça; tom calmo, mas demonstra sinais de irritação como testa franzida, olhar fixo)) você poderia começar a fazer essa pergunta de outra forma (↓). (↑)VOCÊ deveria perguntar pra mim como é que, no governo do PT, os mais pobres tiveram oitenta por cento de aumento real na renda, enquanto os ricos tiveram só vinte por cento. (↑)VOCÊ Poderia perguntar como é que nós geramos vinte e dois milhões de empregos.

Poderia perguntar como é que nós aumentamos o salário mínimo em setenta e sete por cento no período em que eu fui presidente da República. Poderia perguntar (↑) POR QUE que nós fizemos reforma agrária e colocamos cinquenta e dois milhões de hectares à disposição do assentamento de setenta mil famílias (.) Por que criamos os programas de inclusão social que você (↓) cansou de elogiar quando participava do governo.

C3: ((sério; testa franzida; gesto em pinça)) Eu participei do governo (.) e me afastei justamente pelas contradições graves da economia ((dedo apontando, tom cordial)) você sabe bem disso e, mais grave ainda, pelas contradições morais (↓).Mas, de novo (.), o senhor pega os quatorze anos((mãos demonstrando grande quantidade)), separa um pedacinho((mãos demonstrando pequena quantidade)) e esquece o resultado final.São números oficiais (↓). ((gaguejou))O PT concentrou oitenta e cinco por cento das transações financeiras em cinco

bancos (.) impôs a maior taxa de juros do planeta (.) destruiu a economia popular. Seis milhões de empresas estão no Serasa (.) arrebitou-se o crédito das famílias. Quando acabou o período do PT, sessenta e três milhões e quatrocentas mil famílias estavam humilhadas no SPC e no Serasa. A grande questão é (↓), falsear um período do tempo e não prestar contas (.) gerou a tragédia do Bolsonaro (↑). Porque, se fosse verdade essa montanha de coisas boas (.), (↑)por que o Bolsonaro essa tragédia que aconteceu com o Brasil foi eleito depois do PT (↑)?

C1: ((sorri de canto; voz baixa no início, sobe gradualmente)) **Ciro** (.), eu tô achando você nervoso (↑)... tô achando você nervoso (↓). Eu vou dizer uma coisa, a bem da verdade (.), pra quem tá nos ouvindo ➔ELEITOR. A verdade é nua e crua: você((apontando ao adversário)) saiu do governo pra ser candidato a deputado federal, contra a minha vontade eu queria você no BNDES (↓). A segunda verdade (↓): você viveu, nos oito anos em que eu fui presidente, o momento de maior conquista social deste país (.), a maior inclusão social da nossa história e você sabe disso (↓). Eu não tô pegando um período pequeno (.), tô pegando entre os anos. E, quando você cita o governo do PT, se esquece que o atual presidente herdou o governo não da Dilma (.), herdou de um golpista, que ficou três anos no governo antes de ele entrar e que foi um dos responsáveis pela quebra deste país (↓), com o Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos //Deputados//

C3: //Você que botou os dois na sua...//(↑)

M: //Candidato (↑), por favor.//

C1: ((palmas juntas; aumento do tom)) Deixa (↑)! Deixa eu lhe falar uma coisa, **Ciro** (↓). Você sabe que o Brasil viveu, no período Lula em que você fazia parte do governo o melhor momento (↓). As pessoas puderam comprar televisão nova, geladeira nova, carro novo, puderam comer picanha com churrasco que você não gosta que eu fale porque talvez coma algo melhor do que picanha (↑). As pessoas conseguiram viajar de avião. Muita gente da classe média dizia que o aeroporto tava virando uma rodoviária, de tanta gente entrando (.) ((muitos gestos com as mãos, demonstra agitação)). Então, **Ciro** (↓), a verdade nua e crua é que eu tive o prazer de governar o país — e nunca neguei que você me ajudou a fazer a maior política de inclusão social da nossa história (↓). É verdade: banqueiro ganhou dinheiro, empresários ganharam dinheiro, empresários rurais ganharam dinheiro (.), aumentaram as nossas exportações. Você sabia que, quando eu cheguei, havia só cem bilhões de fluxo de exportação? Nós fomos a quatrocentos e oitenta e dois bilhões. Você sabe que a gente devia pro FMI (↓), nós pagamos e ainda fizemos reserva de trezentos e setenta bilhões (↑). (↑) Esse é o Brasil que eu deixei quando deixei a presidência.(↑) Um Brasil que era motivo de orgulho, respeitado pelos Estados Unidos, pela China, pela Argentina por todos como o país de maior

inclusão social da primeira década do século //XXI//... ((interrupção))

M:// Seu tempo, candidato //(↑). Tempo esgotado. Muito obrigado aos dois candidatos.

EPISÓDIO 2 — CE2 → C3 (com referência crítica a C1)

Contexto: o candidato Luiz Felipe D'Ávila (CE2) abre o turno com uma fala programática e, em seguida, Ciro (C3) retoma o turno construindo um movimento duplo respondendo a D'Ávila e atacando Lula. A interação apresenta turnos longos, ritmo discursivo crescente e alternância entre raciocínio técnico e tom emocional.

C3: ((inclina o corpo levemente à frente; respiração audível)) Certamente, professor (↓). E eu aproveito pra... (.) O presidente Lula((inclina levemente o corpo e as mãos em direção ao C1)) reclama das mentiras do Bolsonaro, mas faz uma coisa mais hábil((ênfatisa com a mãos)) do que o Bolsonaro (↑). Nisso, ele é campeão, ninguém tira esse valor dele (.)

Então, ele pega um pedaço do governo em que teve uma onda de bonança no estrangeiro e produz esses números e tal (.) Mas os números que eu trouxe aqui (↓) são todos oficiais (↓). Foi um desastre completo. O Bolsonaro(↑), na minha opinião, o povo brasileiro julgue ((direcionando para camera)) teve setenta por cento dos votos nos centros mais dinâmicos da vida brasileira (.), dois terços dos votos em São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul. Evidentemente, não foi pela obra (.), ele não tinha obra nenhuma, nem pela promessa (.), não tinha proposta nenhuma.((rosto mostra indiferença)) Foi a consequência doída(↑) da generalizada(↑) mágoa que o nosso povo experimentou com o encontro(↑) terrível da pior crise econômica da (↑) HISTÓRIA, não é brincadeira, não(↑). Sessenta e três milhões de brasileiros saíram do crediário, de viajar, de pagar passagem (.), pra o SPC (↑). E o desemprego bateu perto de doze por cento (↓). Isso é fato (↓).

No período do PT, transferiram quatro (↑)trilhões de reais do Tesouro Nacional pros bancos trezentos e cinquenta bilhões pros pobres. Além disso (.), a corrupção se generalizou de um jeito que não dá pra esconder (↓). Dezesesseis bilhões de reais foram devolvidos (↓). Olha... de onde vem essa montanha de dinheiro (↑)? Quando devolviam, diziam roubei no governo do PT, com conhecimento do Lula. Muitos depoimentos disseram isso (↓). ((olha a câmera)) Não tenho prazer nenhum em dizer, mas foi o que aconteceu (↓).

CE2: ((gesto de assentir; voz controlada)) É verdade, Ciro (↓).

Na verdade, é o seguinte: o mensalão é compra de voto, é compra de apoio no parlamento brasileiro (↓). Então (.), a minha pergunta sempre é: como é que essa pessoa tem capacidade moral pra liderar o Brasil nessa transformação, pra tirar o Brasil desse buraco (↑)? E é muito importante dizer uma coisa (↓). Eu gostaria que ➡ELEITOR vocês votassem nos candidatos

do Partido Novo . ((olha diretamente para camera)). É a melhor vacina contra a corrupção, contra a malandragem (↓). Todos os nossos candidatos do Partido Novo são ficha limpa (.), passaram por processo seletivo (.), a bancada mais econômica (↓). ((direciona o olhar e as mãos à câmera)) É fundamental que você ➡ELEITOR(.) vacine o Congresso Nacional contra os mensaleiros que assaltaram este país (↑). Eu peço a vocês (↓): entrem no site do Partido Novo, novo.org. br, e selecionem o candidato do seu estado (↓).

Votem em alguém ficha limpa pra colocar o Brasil no caminho certo (.) e não deixar mais que esses (↑) assaltos aos cofres públicos aconteçam no Congresso Nacional.

C3: ((tom grave; corpo levemente inclinado; fala cadenciada)) Professor(↑), o mais grave é que parece que o presidente Lula não quis aprender nada com as amargas lições que tomou (.). E eu nunca deixei de denunciar as coisas erradas da perseguição processual que ele sofreu (.). Nunca deixei de negar (↓). Mas não dá pra aceitar esse tipo de nonsense de que não aconteceu nada (↑). Veja: são dezesseis bilhões de reais devolvidos (.), isso é (↑)físico, percebe (↑)? E isso é disparado o maior escândalo de corrupção desvendado naturalmente da história do Brasil (↓). Não dá pra fazer de conta que não aconteceu, porque senão vamos ter que achar uma explicação absolutamente marciana (↓), porque esse paraíso que ele descreve, quando vem aqui fazer esses números (.), resultou na tragédia do Bolsonaro (↓).

((respiração profunda; tom de apelo, olhar na camera)) Irmão ➡ELEITOR (.), você é meu irmão brasileiro (↑), eu tenho profundo respeito e carinho (↓). Tô aqui por isso , por amor a ti, ao meu país, à nossa pátria (.). Será possível que a solução pra tragédia moral, econômica, social que vivemos hoje (.) seja voltar ao passado que deu (↑)causa a essa tragédia ? Tudo que eu peço a ➡ELEITOR você, com muito respeito, é que (.) daqui até domingo (.) pare um pouco pra pensar (↓).

((mãos gesticulando muito, indicando agitação)) Não ensine ao seu ➡ELEITOR filho que corrupção tem como prêmio a impunidade no Brasil (↓). Não ensine que roubar é algo que pode ser feito e ainda será premiado por esse tipo de conduta (↓). Uma nação assim se suicida (↓). Se pegarmos artistas, cientistas e tal (.), todo mundo passando pano e juntando Caetano com Geddel (↓) pra ficar em dois baianos, este país está mergulhado num conchavo absolutamente mortal (↓).

EPISÓDIO 3 — C1 ↔ C2

C2 em tréplica: ((voz firme; tom elevado; olhar para a câmera)) O que está em jogo, Padre Kelmon, é o futuro da nação (.).

Não podemos voltar ao que éramos há pouco tempo, onde era uma cleptocracia, ou seja uma

roubalheira imperando no país (↑).

O governo Lula foi chefe de uma grande quadrilha ((tom firme, olhar no oponente)) Dezenas de delatores devolveram seis bilhões de reais pra pegar pena menor (↓). Não podemos continuar num país da roubalheira (↓). E pior padre(.), o governo que nos antecedeu não tinha compromisso (.), não tinha respeito com a família brasileira (↓). Quis impor “ideologia de gênero”, ensinando crianças a se interessar por sexo precocemente (↑).

Quis a liberação das drogas (↓).((remove os olhos)) Ou seja (↓), esse governo do PT desconhece a dor de uma família que tem um filho no mundo das drogas (↓).

Esse (↑) desgoverno... por exemplo (.), Lula defendia que se roubasse celular “pra tomar uma (↑) cervejinha:.”.((aumento de volume)) Quantos jovens foram assassinados por essas pessoas, roubando celular e protegidos por Lula (↑)?

Quando ele fala em desarmar a população de bem e atacar as polícias ((olhar varia entre oponente e camera)), isso estimula a violência (↓) ou seja, não podemos voltar a esse estado de coisas (↓). E eu acabei com a mamata ((mão abertas, projetando o corpo para frente)) em especial na grande mídia (↓). A Rede Globo ((olha para o estúdio)) foi uma com a qual eu acabei com a mamata e... botei um fim nos //abusos também//... ((interrupção))

M:// Tempo esgotado, candidato//. Muito obrigado, candidato Bolsonaro.

Kelmon, durante a fala do candidato, o candidato Lula pediu direito de resposta. Foi concedido. Eu peço ao candidato Lula que se dirija ao púlpito, e aos senhores que voltem aos seus lugares, por favor.

C2: ((fala em microfone desligado))// Não vai perder nenhum direito...// ((interrupção; voz abafada))

M: <meta: ...> O senhor pode retornar ao seu lugar, candidato Bolsonaro. Seu microfone está fechado porque não é a sua vez de falar (↑). As regras serão respeitadas (↑). Obrigado. Candidato Lula, o senhor tem um minuto para //a sua resposta//

C1: ((testa franzida; entonação alta; olhar direto para C2)) //Eu só esperava que, num debate //entre pessoas que((olhar para camera)) querem ser presidente da República (.), o atual presidente tivesse o mínimo de honestidade, o mínimo de seriedade (↑).((rosto franzido)) Ele dizer que eu montei quadrilha (↑), com a quadrilha da RACHADINHA DELE (↑), o sigilo de cem anos (↑) COM, a rachadinha da família (↑)...Sabe (.), Ministério da Educação, barra de ouro... (.) Ele falar de quadrilha comigo (↑)?((tom de ofensa, olhar variando entre C2 e M)) Ele precisava se olhar no espelho e saber o que acontece no governo dele (↓), saber o que foi a quadrilha da vacina (↓), o oferecimento de um (↑)DÓLAR por vacina importada (↑). Isso não fui eu que disse (↓). É a CPI((aponta para uma area fora da camera, tom de irritação))que está

dizendo (.)

((olhar e fala direcionado a C2)) Quer pedir direito de resposta? Peça pra CPI, não aqui no debate não. Você, quando vier ao microfone (.), se comporte como presidente e respeite quem está assistindo ➔ELEITOR (↓). Não minta (.). Não minta (↑). É feio um presidente da República mentir como você mente toda hora, descaradamente (↑). Não é possível (↑).

M: Seu tempo, candidato (↑). Muito obrigado. Durante a fala do candidato Lula, o candidato Bolsonaro pediu direito de resposta. Foi concedido. Candidato, por favor, volte ao púlpito. O senhor tem um minuto para responder ao candidato Lula.

C2: ((volta ao púlpito; corpo inclinado para C1; olhar para C1))(↑) MENTIROSO, EX-PRESIDIÁRIO, TRAIADOR DA PÁTRIA (↑). Que rachadinha (↑)? Rachadinha é teus FILHOS(↑), roubando milhões:: de empresas (.) após tua chegada ao poder (↑). Que CPI é essa (↑)? A da farsa, que você defende aqui (.)? O que acharam a meu respeito? Nada (.). Que dinheiro de propina? Não tem propina (↓). Propina teve o seu Carlos Gabas, do Consórcio do Nordeste dos governadores amigo TEU ((aponta para C1)). Foi descoberto desvio de cinquenta milhões de reais, e nada foi apurado (.) O seu governo, por meio do Consórcio do Nordeste (↓), fez muitos nordestinos morrerem por falta de ar (↑), porque desviaram o dinheiro da compra de respiradores (↑). Nada têm contra o meu governo (↓). Nada (↓). Deixe de mentir (↓).

TOME VERGONHA NA CARA, LULA (↑)!

M: Tempo esgotado, candidato (↓).

Ah::, eu peço aos candidatos que, em respeito ao público (↓), mantenham um nível de tranquilidade adequado a um ambiente democrático .

O candidato Lula pediu direito de resposta durante a fala do candidato Bolsonaro. Foi concedido. O candidato Lula pode voltar ao púlpito (...) - 0,6

C3: ((voz distante; microfone desligado)) //A gente pode esperar lá fora? ((entonação cansada))//

C1: /Eu vou, eu vou... / interrupção[risos e murmúrio]

M: //As regras do debate foram acertadas por todos os senhores//

C1: ((tom apaziguador)) / Para não atrapalhar o debate (↓). Mas é uma insanidade um presidente da República vir aqui e dizer o que diz, com a maior desfaçatez (↑). É por isso que, no dia dois de outubro o povo vai te mandar pra casa ➔ELEITOR (↓). E eu vou fazer uma coisa pra você (↓): vou fazer um decreto acabando com o seu sigilo de cem anos (↑), pra saber o que você quer esconder por cem anos (↓).

[nesse momento, C2 retruca em gritos inaudíveis; microfone desligado; sobreposição parcial

com a fala de C1]

C1: Eu vou fazer, vou assinar (↑), um decreto pra saber o que esse homem esconde por cem anos (.) E eu paro por aqui, porque quero que os outros participem do debate (↓). Presidente, quando aparecer aqui (↓), por favor (.), MINTA MENOS(↑).

M: O candidato Bolsonaro pediu direito de resposta — não foi concedido (↓). Vamos dar sequência ao nosso...//

// [interrupção; gritos não identificáveis; microfone desligado de C2]//

M: //CANDIDATO, eu peço que respeite as regras do debate, por favo::r (↓).

Seu microfone está fechado, mas o senhor vai atrapalhar a dinâmica do nosso debate

APÊNDICE B:

Quadro Analítico 2 – Exemplo de Codificação do Episódio 1 (C3 → C1)

Nº	Falante	Tipo de pista	Descrição da ocorrência	Contexto interacional	Interpretação preliminar
01	C3	Gestual/ Prosódica	Ajusta o microfone e o paletó antes de iniciar a fala; voz firme, olhar fixo.	Início do turno; abertura formal da pergunta.	Sinaliza enquadre institucional de respeito, performando autocontrole e autoridade inicial.
02	C3	Prosódica/ Lexical	“Bom(.) com a intenção de a gente achar as raízes dessa tremenda crise brasileira (.) Presidente (↓)”	Introdução da pergunta; mitigação da crítica.	Combinação de pausa e queda de tom como pista de cortesia mitigadora, enquadrando o ataque como racional e legítimo.
03	C3	Gestual / Prosódica	Mãos abertas ao mencionar “os cinco brasileiros mais ricos... cem milhões de pobres”; tom grave e ritmo desacelerado.	Desenvolvimento argumentativo; formulação de contraste econômico.	Gesto icônico e prosódia enfática indexam dramatização moral, configurando footing de indignação cívica.
04	C1	Prosódica/ Lexical	“VOCÊ deveria perguntar pra mim como é que no governo do PT...” (elevação entoacional em “você”).	Primeira resposta; inversão da crítica.	A ênfase inicial sinaliza inversão de papéis: o respondente assume controle da interação e reformula o enquadre.
05	C1	Discursiva/ Lexical	Repetição de “Poderia perguntar...” em série enumerativa.	Expansão da defesa; construção de ethos.	Estrutura paralelística atua como marcador retórico de coerência e domínio argumentativo, reforçando o footing presidencial.
06	C3	Gestual/ Prosódica	Dedos em pinça e leve inclinação do tronco ao afirmar “contradições graves da economia”.	Réplica ao argumento anterior.	Gestualidade concentrada e tom controlado constroem um footing técnico e racional, contrastando com o estilo performático de C1.

07	C3	Prosódica/ Discursiva	“O PT concentrou oitenta e cinco por cento das transações financeiras...” com ritmo acelerado e pausas curtas	Continuação da crítica.	Modulação prosódica associada à descarga de informação cria efeito de expertise e urgência moral.
08	C1	Prosódica/ Gestual	“Ciro (.), eu tô achando você nervoso (↑)... tô achando você nervoso (↓).” com sorriso contido.	Retomada após crítica direta.	Estratégia de desestabilizaçã o por ironia, usando prosódia modulada e gesto facial para redefinir o enquadre de confronto.
09	C1	Discursiva / Metapragmática	Endereçamento explícito: “pra quem tá nos ouvindo ➡ELEITOR”.	Reconfiguração do enquadre comunicativo.	Mudança de footing: desloca-se do debate face a face para fala pública, expandindo o campo de interlocução.
10	C1	Gestual / Prosódica	Palmas unidas e tom crescente em “Deixa (↑)! Deixa eu lhe falar uma coisa, Ciro (↓).”	Interrupção mediada pela fala do moderador.	Gesto emblemático de controle de turno e reafirmação de autoridade performática.
11	C1	Lexical/ Discursiva	“As pessoas puderam comprar televisão nova, geladeira nova, carro novo...”	Argumento de exemplificação.	Recurso narrativo e lexical que ativa indexicalidade de classe popular, reforçando ethos de proximidade social.
12	C3	Prosódica/ Sobreposição	“Você que botou os dois na sua...” (interrompido)	Confronto direto, com sobreposição de vozes.	Tentativa de retomada de footing ativo; sinal de disputa de poder interacional e desorganização momentânea do enquadre cooperativo.

Fonte: elaboração própria, com base no corpus do debate presidencial (TV Globo, 2022).

O episódio evidencia a alternância entre enquadres cooperativos e confrontativos, marcando o início da disputa de legitimidade entre C3 e C1. A interação se estrutura a partir da pergunta inicial de C3, formulada em footing avaliativo, com emprego de recursos prosódicos e gestuais que orientam o enquadre de cobrança. C1 responde deslocando o enquadre para o da defesa performativa, mobilizando pistas de contextualização como pausas, ênfases e gestos expansivos que indicam retomada do controle do turno. As pistas lexicais expressões de contraste, repetições e uso reiterado de “você poderia perguntar”, funcionam como índices de autoridade e tentativa de reposicionamento frente ao ataque. O mediador (M) intervém pontualmente para restaurar o enquadre institucional, mas a sequência revela como a formalidade do evento coexiste com improvisação e emoção interacional. O episódio, portanto, demonstra como o debate televisivo, enquanto evento comunicativo institucionalizado (Hymes, 1974), se constitui em espaço de negociação de sentidos em tempo real, com ajustes contínuos de footing e enquadre (Goffman, 1981).

Quadro 3 – Exemplo de Codificação do Episódio 2 (CE2 → C3, com referência crítica a C1)

N. º	Falante	Tipo de pista	Descrição da ocorrência	Contexto interacional	Interpretação preliminar
01	C3	Gestual / Prosódica	Inclina o corpo à frente; respiração audível; contato visual direto com D'Ávila.	Início da resposta.	O gesto corporal projeto envolvimento e prefigura um footing argumentativo de enfrentamento polido.
02	C3	Prosódica/ Lexical	“Certamente, professor (↓).” com entoação descendente e pausa breve.	Abertura cortês.	Aforma de tratamento indexa respeito e enquadra a fala dentro da formalidade institucional.
03	C3	Prosódica/ Gestual	“O presidente Lula reclama das mentiras do Bolsonaro...” com olhar direcionado ao púlpito de Lula.	Transição temática.	Reorienta o foco e convoca novo participante ao enquadre, expandindo o campo de interlocução.
04	C3	Prosódica/ Lexical	“...mas faz uma coisa mais hábil do queo Bolsonaro (↑).”	Comparação valorativa.	Entoação ascendente opera como pista de ironia; altera footing de técnico para acusador irônico.

05	C3	Gestual / Prosódica	“Nisso ele é campeão...” com gesto circular da mão e sorriso breve.”	Continuação da crítica.	Humor contido e gesto expressivo funcionam como mitigadores da acusação direta.
06	C3	Prosódica /Lexical	“Mas os números que eu trouxe aqui (↓) são todos oficiais (↓).”	Justificativa.	Queda de entoação enfatiza certeza e constrói autoridade epistêmica; sinal de footing docente.
07	C3	Prosódica/ Lexical	“O Bolsonaro (↑)... o povo brasileiro julgue.”	Mudança de destinatário.	Convoca o público televisivo, instaurando footing de orador cívico.
08	C3	Prosódica /Discursiva	“Não foi pela obra (.), não tinha proposta nenhuma.”	Expansão argumentativa.	A repetição e a cadência marcial configuram ritmo acusatório e contraste moral.
09	C3	Gestual / Prosódica	Mãos abertas ao citar “sessenta e três milhões de brasileiros saíram do crediário”.	Ênfase visual.	Gesto icônico que reforça magnitude do problema; traduz indignação social em ação corporal.
10	C3	Prosódica /Lexical	“Isso é fato (↓).” com tom categórico.	Encerramento de argumento.	Marcador de certeza que reconfigura a fala como constatação objetiva, não opinião.
11	C3	Prosódica/ Discursiva	“Transferira m quatro trilhões... e trezentos e cinquenta bilhões pros pobres.”	Comparação quantitativa.	Ritmo alternado entre aceleração e pausa indica cálculo retórico; cria contraste moral numérico.
12	C3	Prosódica /Lexical	“Olha...de onde vem essa montanha de dinheiro (↑)?”	Clímax argumentativo.	A subida entoacional atua como convocação interpretativa; apelo metacomunicativo ao público.
13	C3	Gestual / Prosódica	Olhar direto à câmera; sobrancelhas erguidas; pausa prolongada antes de “não tenho prazer nenhum em dizer”.	Transição emocional.	A prosódia hesitante e o olhar direto constroem páthos de sinceridade.
14	CE2	Gestual / Prosódica	Gesto de assentir; voz baixa e firme em “É verdade, Ciro (↓)”.	Início de turno.	Pista de concordância parcial; tentativa de manter o enquadre colaborativo.
15	CE2	Lexical / Prosódica	“O mensalão é compra de voto...” com ritmo pausado e ênfase final.	Desenvolvimento de fala.	Estrutura definicional; footing pedagógico semelhante ao de C3.

16	CE2	Discursiva/ Prosódica	“Eu gostaria que ➡ELEITOR vocês votassem nos candidatos do Partido Novo.”	Mudança de foco.	Transição para discurso proselitista; redefine enquadre de debate para campanha.
17	CE2	Gestual/ Lexical	“Vacine o Congresso Nacional contraos mensaleiros...” com gesto horizontal.	Apelo político.	Uso de metáfora biomédica indexa discurso moralista e purificador.
18	C3	Prosódica/ Lexical	“O mais grave é que parece que o presidente Lula não quis aprender nada...”	Retomada crítica.	Reintroduz Lula como alvo; alterna tom indignado e professoral.
19	C3	Discursiva/ Prosódica	“Veja: são dezesseis bilhões de reais devolvidos... isso é físico, percebe (↑)?”	Ênfase explicativa.	Gesto de mão aberta e entoação ascendente criam dramatização didática.
20	C3	Prosódica /Lexical	“Senão vamos ter que achar uma explicação marciana (↓).”	Inserção humorística.	Ironia discursiva suaviza a denúncia e reequilibra o enquadre de interação.
21	C3	Prosódica /Discursiva	“Irmão ➡ELEITOR (.), você é meu irmão brasileiro (↑).”	Início da conclusão.	Mudança radical de footing: do político racional ao aliado afetivo.
22	C3	Gestual / Prosódica	Mãos sobre o peito ao dizer “tenho profundo respeito e carinho (↓).”	Apelo emocional.	Gestualidade de devoção que indexa sinceridade e vínculo simbólico.
23	C3	Prosódica /Discursiva	“Será possível que a solução... seja voltar ao passado...?”	Apelo interrogativo.	Entoação crescente e pausa longa simulam dúvida genuína, criando engajamento afetivo.
24	C3	Gestual/ Prosódica	“Não ensine ao seu ➡ELEITOR filho...” com gestos largos e olhar fixo.	Clímax moral.	Estrutura imperativa e multimodalidade constroem autoridade ética.
25	C3	Discursiva/ Prosódica	“Uma nação assim se suicida (↓).”	Fechamento.	Queda de tom e sentença curta encerram o turno com efeito performativo de moralização pública.

Fonte: elaboração própria, com base no corpus do debate presidencial (TV Globo, 2022).

O segundo episódio apresenta uma configuração interacional mais complexa, na qual CE2 e C3 constroem alinhamentos múltiplos, alternando-se entre turnos colaborativos e

avaliativos.

C3 adota um footing híbrido, respondendo à fala de CE2 ao mesmo tempo em que projeta comentários alusivos a C1, o que cria um enquadre duplo e dinâmico. Pistas prosódicas, pausas enfáticas, variações de volume e alongamentos, orientam o ouvinte sobre o deslocamento do foco argumentativo entre os interlocutores e o público televisivo. O uso de gestos amplos, olhares direcionados à câmera e formas de apelo direto (⇒ELEITOR) reforça o caráter performativo e midiático da interação. Já CE2 mobiliza pistas lexicais associadas a valores morais e apelos à integridade institucional, projetando um footing de autoridade ética. A análise do episódio revela como as pistas de contextualização (Gumperz, 1982) operam simultaneamente em níveis micro e macroindexicais (Silverstein, 2003), vinculando a construção situada de sentido às ideologias sociopolíticas evocadas pelo formato do debate.

Quadro 4 – Codificação do Episódio 3 (C1 ↔ C2).

Nº	Participante	Trecho transcrito	Tipo de pista	Descrição funcional	Interpretação interacional
1	C2	O que está em jogo, Padre Kelson, é o futuro da nação.	Discursiva	Uso de enquadre moralizador.	C2 assume footing de autoridade moral e busca legitimar posição ética.
2	C2	Não podemos voltar ao que éramos há pouco tempo...	Prosódica	Tom alto e ritmo acelerado.	Marca envolvimento emocional e tentativa de controle do enquadre.
3	C2	O governo Lula foi chefe de uma grande quadrilha.	Lexical	Vocabulário acusatório e valorativo.	Indexicaliza oposição moral; Tentativa de deslegitimação do oponente.
4	C2	Dezenas de delatores devolveram seis bilhões de reais...	Discursiva	Uso de dados numéricos e ênfase.	Procura reforçar ethos de veracidade e autoridade factual.
5	C2	Quis impor ideologia de gênero...	Lexical	Expressão moralmente carregada.	Apela a enquadre religioso/conservador, buscando apoio de audiência televisiva.
6	C2	Esse desgoverno... por exemplo...	Prosódica	Alongamento e pausa estratégica.	Marca indignação e prepara argumento subsequente.

7	C2	Lula defendia que se roubasse celular...	Gestual	Movimentos amplos e olhar à câmera.	Indexa apelo direto ao público; constrói imagem de indignação cívica.
8	M	Tempo esgotado, candidato.	Discursiva	Atuação reguladora do mediador.	Reenquadra o turno e restaura ordem institucional.
9	C1	Eu só esperava que, num debate...	Prosódica	Elevação de tom e olhar fixo.	C1 inicia Reposicionamento com footing defensivo-ético.
10	C1	O atual presidente tivesse o mínimo de honestidade...	Lexical	Vocabulário avaliativo e moral.	Constrói contra-enquadre de ataque moral.
11	C1	Com a quadrilha da rachadinha dele...	Discursiva	Réplica acusatória direta.	Reverte enquadre acusatório, expondo contradição.
12	C1	Ele precisava se olhar no espelho...	Gestual	Gestos de apontar e inclinação corporal.	Encena confronto face a face; dramatiza acusação.
13	C1	É feio um Presidente da República mentir...	Prosódica	Aumento de volume e ritmo rápido.	Reforça a dimensão moral e emocional do ataque.
14	M	Seu tempo, candidato.	Discursiva	Intervenção institucional.	Reforça enquadre formal e sinaliza encerramento de turno.
15	C2	Mentiroso, ex presidiário, traidor da pátria!	Prosódica	Grito e articulação enfática.	Quebra enquadre formal; introduz agressão direta.
16	C2	Rachadinha é teus filhos...	Lexical	Vocabulário acusatório.	Reinversão de acusação, manutenção de footing combativo.

17	C2	Nada têm contra o meu governo.	Prosódica	Entonação descendente.	Marca tentativa de retomada de controle argumentativo.
18	C2	Tome vergonha na cara, Lula!	Gestual	Movimento corporal agressivo.	Culminância emocional e ruptura do enquadre de debate civil.
19	M	Ah::, eu peço aos candidatos...	Discursiva	Entonação conciliadora.	Reenquadra a interação no eixo de controle institucional.
20	C1	É uma Insanidade um presidente vir aqui e dizer o que diz...	Prosódica	Entonação alta e pausas curtas.	Expressa indignação e reposicionamento de autoridade ética.
21	C1	É por isso que, no dia dois de outubro...	Discursiva	Referência temporal e apelo eleitoral.	Redireciona o footing para o público e futuro político.
22	C1	Vou fazer um decreto acabando com o sigilo...	Lexical	Ato de fala performativo.	Projeta agência e promessa política como reparação simbólica.
23	C1	Presidente, quando aparecer aqui...	Gestual	Olhar e gesto diretivo.	Marca enquadre adversarial direto; desafia autoridade do outro.
24	M	O candidato Bolsonaro pediu direito de resposta — não foi concedido.	Discursiva	Controle do fluxo conversacional.	Reforça papel institucional do mediador e delimita turnos.
25	C2	Eu acabei com a mamata...	Prosódica	Ênfase e aceleração de ritmo.	Busca reposicionar-se como reformador ético.

26	C2	A Rede Globo foi uma com a qual eu acabei...	Indexical	Referência à emissora mediadora.	Aponta para contexto midiático e disputa de autoridade simbólica.
27	C1	Não minta. É feio mentir...	Discursiva	Repetição imperativa.	Estratégia de deslegitimação moral direta.
28	C1	Você mente toda hora...	Prosódica	Ritmo acelerado e volume alto.	Expressa indignação e busca dominação do turno.
29	M	As regras serão respeitadas.	Discursiva	Entonação enfática e neutra.	Reinstaura enquadre normativo institucional.
30	C1	Não minta, é feio um presidente mentir...	Discursiva	Repetição didática.	Marca alinhamento com audiência moralizadora.
31	C2	Foi descoberto desvio de cinquenta milhões...	Lexical	Discurso factual.	Reintroduz justificativa defensiva e acusatória.
32	C2	Nada têm contra o meu governo...	Prosódica	Entonação baixa e pausada.	Tenta estabilizar footing e recuperar ethos racional.
33	C1	Eu paro por aqui...	Prosódica	Queda de tom e pausa longa.	Sinaliza encerramento voluntário e retomada de controle emocional.
34	C1	Presidente, minta menos...	Lexical	Imperativo e tom baixo.	Encerramento com apelo moral e reposição de autoridade simbólica.

35	M	Candidato, respeite as regras do debate.	Discursiva	Tom diretivo.	Mediação como pista de controle de enquadre institucional.
36	C2	Seu microfone está fechado...	Discursiva	Fala fora de turno.	Indicador de resistência à autoridade do mediador.
37	C3	A gente pode esperar lá fora?	Gestual	Entonação cansada, ironia.	Comentário metacomunicativo, marca saturação interacional.
38	C1	O povo vai te mandar pra casa...	Discursiva	Apelo eleitoral.	Reindexação política e fechamento performático.
39	C1	Vou assinar um decreto...	Lexical	Atos de fala performativos.	Marca promessa e reforço da autoridade discursiva.
40	M	Vamos dar sequência ao debate.	Discursiva	Tom neutro.	Reencadeamento do evento comunicativo e restauração do enquadre.

Fonte: elaboração própria, com base em Gumperz (1982), Goffman (1981) e Erickson (1992).

O terceiro episódio constitui o momento de maior densidade interacional do corpus, caracterizado por sucessivas disputas de turno, sobreposições e variações prosódicas intensas. A troca entre C1 e C2 emerge a partir de um pedido de direito de resposta e rapidamente se transforma em confronto direto, no qual ambos alternam footings de defesa e ataque. As pistas prosódicas, elevação de volume, aceleração do ritmo e pausas abruptas, articulam-se a pistas gestuais como apontamentos e inclinações corporais, compondo uma cena de enfrentamento verbal e físico. O mediador (M) atua como marcador de enquadre institucional, tentando reestabelecer o controle normativo, mas suas intervenções são frequentemente sobrepostas ou ignoradas, o que indica fragilidade momentânea da estrutura formal do evento. As ocorrências codificadas evidenciam que o sentido não decorre apenas do conteúdo proposicional das falas, mas do encadeamento sequencial e multimodal das pistas que indexam relações de poder, moralidade e autoridade discursiva. O episódio

exemplifica, portanto, o funcionamento interacional de um evento mediado, no qual a linguagem atua como instrumento de disputa simbólica e de construção pública de identidade.